

**XV SEMINÁRIO
DOS ESTUDANTES
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM FILOSOFIA
DA UFSCAR**



9 a 13 de setembro
www.ufscar.br/~sempgfil

**CADERNO DE
RESUMOS**

[organizadores]

Afonso Gabriel Gadelha Normando

Giovanna Braz

Gláucia Silva do Nascimento

Leander Alfredo da Silva Barros

Luiz Felipe Sousa Santana

Mateus Lima dos Santos

Rafael Lopes do Valle

CADERNO DE RESUMOS

XV SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR

1º edição

São Carlos

Comissão de Publicações Institucionais Oficiais - CPOI

2019

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Reitora

Prof.^a Dr.^a Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Walter Libardi

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Prof.^a Dr.^a Audrey Borghi e Silva

Centro de Educação e Ciências Humanas

Prof.^a Dr.^a Maria de Jesus Dutra dos Reis (Diretora)

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Prof. Dr. Bento Prado Neto (Coordenador)

Comissão organizadora

Afonso Gabriel Gadelha Normando

Giovanna Braz

Gláucia Silva do Nascimento

Leander Alfredo da Silva Barros

Luiz Felipe Sousa Santana

Mateus Lima dos Santos

Rafael Lopes do Valle

Apoio

UFSCar / CAPES

Projeto gráfico e diagramação

Rafael Lopes do Valle

São Carlos, 2019



SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO	9
segunda-feira	10
terça-feira	11
quarta-feira	12
quinta-feira	13
sexta-feira	14
RESUMOS	16
Da descoberta da liberdade na Grécia Antiga à concepção da <i>eleutheria</i> aristotélica	
Afonso Gabriel Gadelha Normando	17
Há um princípio comum entre as substâncias aristotélicas?	
Alcides Devides Moreno	18
Kant e a filosofia da história	
Alexandre Gil Assis	19
Deleuze e Derrida: a questão do problema e o problema da questão	
Alisson Ramos de Souza	20
O limite da síntese: imaginação e entendimento na <i>Crítica da razão pura</i>	
Ana Carolina de Carvalho Belmani	21
Platão e a teoria diferencial das faculdades em <i>Diferença e Repetição</i>	
André Luiz Nardim	22
A fundamentação metafísica da ciência prática em João Duns Scotus	
Andrei Pedro Vanin	23
Virada metafísica no pensamento de Popper	
Aristides Moreira Filho	24
Pseudoindividualidade, fetichismo e regressão musicais em Theodor W. Adorno	
Breno Machado Viegas	25
“Um <i>Eros</i> que sonha”: corpo e erotismo na metafísica da moda em Walter Benjamin (1892-1940)	
Bruno César de Almeida Souza	26
O jovem Marcuse: discussões sobre arte e utopia	
Cibele Saraiva Kunz	27
A “força do concreto”: Caio Prado Jr. e a revolução brasileira	
Dario de Negreiros	28
Linguagem natural e língua bem-feita	
David Ferreira Camargo	29

As diferentes recepções de Platão na Academia: a consideração da forma dialógica e suas implicações	
Deivid Junio Moraes	30
O pensamento político de Hannah Arendt e o surgimento de novos espaços de ação no mundo contemporâneo	
Fábio Henrique Bugatti	31
Consonância, dissonância, e excesso de volume sonoro: o intricado argumento sobre a natureza da atividade sensível	
Felipe Calleres	32
O cômico como categoria existencial em Kierkegaard	
Felipe Ramos Gall	33
Pensar dialeticamente e não-dialeticamente: interpretação e história em Adorno	
Felipe Ribeiro	34
Orfeu e orfismo em Platão	
Giovanna Braz	35
Vontade de verdade à luz da genealogia foucaultiana	
Gláucia Silva do Nascimento	36
Construção fetichista e a concepção de realidade em Freud	
Grazielle Gonçalves de Lima	37
Solipsismo no capítulo VI das <i>Observações filosóficas</i>	
Gustavo Guerardini Michetti	38
A linguagem na intriga do “ser e outramente que ser” a partir de Emmanuel Levinas	
Hegildo Holanda Gonçalves	39
Teoria do conhecimento e teoria da matéria em <i>Matéria e memória</i>	
Heliakim Marques Trevisan	40
O mesmo (τὸ αὐτὸ), pensar (νοεῖν) e ser (εἶναι) no fragmento 3 do poema de Parmênides	
Henrique Nascimento Guimarães	41
As antenas da vida cotidiana podem romper a carapaça da segunda natureza? – um contraste entre Lefebvre e Adorno	
Hermes da Fonseca	42
A <i>physis</i> em Nietzsche	
Hugo José de Carvalho Vedovato	43
Imaginação e loucura na expressão da turbulência na tela <i>A Noite Estrelada</i> de Vincent van Gogh	
Hugo Leonardo de Quadros e Tonon	44
Além do que se vê no espelho: Nietzsche e a crítica à consciência como fundamento do pensamento	
Israel Fabiano Pereira de Souza	45

A ascensão de um <i>autoritarismo</i> no Brasil no século XXI: a teoria freudiana sobre as massas na análise do <i>bolsonarismo</i>	
João Eduardo Torrecillas Sartori	46
A passagem do método analítico para o método sintético na <i>Fundamentação da Metafísica dos Costumes</i>	
João Paulo Rissi	47
Sobre os modos de presença na memória segundo Agostinho (<i>Conf. X</i>)	
Julia Maia Peixoto Camargo	48
A função da analogia do pintor-escriba: prazer, opinião e falsidade no <i>Filebo</i> (36c-40d)	
Leander Alfredo da Silva Barros	49
Notas sobre direito natural em Grotius e Pufendorf	
Lili Pontinta Cá	50
Três elaborações de Foucault sobre as ciências humanas	
Lívia Francisco Arantes de Souza;	51
A dinâmica da atenção e do hábito na filosofia de Condillac	
Lourenço Fernandes Neto e Silva	52
O tempo na <i>Doktordissertation</i> de Marx	
Lucas Carvalho Peto	53
Seria possível estabelecer uma relação entre o materialismo eliminativista e a teoria construtivista das emoções?	
Luiz Augusto Rosa	54
O papel do sujeito na formulação do enunciado científico	
Luiz Ben Hassanal Machado da Silva	55
Notas sobre o “Cristal de Tempo” em Deleuze	
Luiz Eduardo Albert Silva	56
Teologia apofático-política no <i>Leviatã</i> de Thomas Hobbes	
Luiz Felipe Santana	57
Deleuze revisto por Rancière: meditações sobre a existência de uma suposta modernidade cinematográfica	
Luiz Fernando Coutinho	58
O caminho do conceito de fenômeno em Sartre: Husserl, Heidegger e a fenomenologia	
Luiza Helena Hilgert	59
A posição da mercadoria na obra madura de Karl Marx: modelos críticos	
Lutti Mira Salineiro	60
A distinção entre o método matemático e o filosófico na <i>Crítica da razão pura</i>	
Marcelo Aparecido Vieira	61

Fantasia e emancipação em Marcuse	
Maria Clara Ferreira Togeiro	62
Mimesis em Platão: uma aproximação entre <i>O Banquete</i> e <i>A República</i>	
Mateus Lima dos Santos	63
Investigações sobre o Eu e a sexualidade no aparelho do sonho freudiano	
MunIQUE Gaio Filla	64
A ilusão transcendental e a sua relação com os princípios da razão.	
Patrícia Fernandes da Cruz	65
Bergson, intuição e riso: a <i>comicidade crítica</i> na arte do palhaço	
Paulo Jorge Barreira Leandro	66
Nietzsche, a tragédia e a modernidade	
Rafael Hyertquist Bordini	67
100 anos de Gilda de Mello e Souza e 100 anos de Bauhaus: uma aproximação	
Rafael Lopes do Valle	68
Marsílio Ficino intérprete de Platão: uma chave de leitura aos diálogos <i>Íon</i> e <i>Fedro</i>	
Richard Lazarini	69
O cavaleiro, a bruxa, o judeu e o herege: a Idade Média no pensamento de Hegel	
Rodrygo Rocha Macedo	70
Simbolismo e interseccionismo em Fernando Pessoa Ortônimo	
Rubens José da Rocha	71
Duas Dinâmicas da Alma em Platão	
Sheila Paulino e Silva	72
Aproximações entre a interpretação nietzscheana da epopeia homérica e a descrição da formação subjetiva na <i>Dialética do esclarecimento</i>	
Simone Bernardete Fernandes	73
O conceito do simbólico em Kant e Schelling	
Suellen Dantas Godoi	74
Metafísica da finitude <i>versus</i> idealismo especulativo: a <i>Auseinandersetzung</i> de Heidegger com Hegel	
Taciane Alves	75
Jan Patočka e a crítica ao subjetivismo na fenomenologia de Husserl	
Tayrone Barbosa Justino Alves	76
O medo da morte e o sofrimento humano na filosofia epicurista da obra <i>De rerum natura</i> de Tito Lucrecio Caro	
Thales Perente de Barros	77
Os diálogos de Platão: o procedimento hermenêutico de L. Strauss	
Tiago Azambuja Rodrigues	78

Reflexão da linguagem e linguagem da reflexão: Herder e a filosofia da linguagem alemã do século XIX	
Uriel Massalves de Souza do Nascimento	79
O estatuto do prazer na sociedade burguesa: considerações de H. Marcuse nos ensaios da <i>ZfS</i>	
Victor Hugo de Oliveira Saldanha	80
Dos sonhos à horda primitiva: a preservação do arcaico em Sigmund Freud	
Vinicius Fratta Fritz	81
Kant: cultivar, civilizar e moralizar	
Wagner Barbosa de Barros	82
As ideias de sinceridade e transparência na narrativa de si, segundo Rousseau no livro I das <i>Confissões</i>	
Wellington Anselmo Martins	83
Adorno e o cinema: possibilidades de uma arte autônoma	
Willian Silva de Vasconcellos	84
Inconsciente e representação em Bergson	
Yago Antonio de Oliveira Morais	85

PROGRAMAÇÃO

segunda-feira 9 de setembro

manhã

09h - 12h

filosofia alemã
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Alexandre Gil Assis
Kant e a filosofia da história

Suellen Dantas Godoi
O conceito do simbólico em Kant e Schelling

Wagner Barbosa de Barros
Kant: cultivar, civilizar e moralizar

filosofia da
ciência
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Andrei Pedro Vanin
A fundamentação metafísica da ciência prática em João Duns Scotus

Aristides Moreira Filho
Virada metafísica no pensamento de Popper

Luiz Ben Hassanal Machado da Silva
O papel do sujeito na formulação do enunciado científico

tarde

14h30 - 16h30

filosofia alemã II
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Ana Carolina de Carvalho Belmani
O limite da síntese: imaginação e entendimento na *Crítica da razão pura*

João Paulo Rissi
A passagem do método analítico para o método sintético na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*

Marcelo Aparecido Viera
A distinção entre o método matemático e o filosófico na *Crítica da Razão Pura*

Patrícia Fernandes da Cruz
A ilusão transcendental e a sua relação com os princípios da razão

filosofia
contemporânea I
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Hugo José de Carvalho Vedovato
A *physis* em Nietzsche

Israel Fabiano Pereira de Souza
Além do que se vê no espelho: Nietzsche e a crítica à consciência como fundamento do pensamento

Rafael Hyertquist Bordini
Nietzsche, a tragédia e a modernidade

tarde

16h30 - 17h

coffee break

noite
19h

conferência de
abertura
auditório
(DFIL-UFSCar)

Profa. Dra. Maria Lúcia M. Cacciola [USP]
Filosofia por quê?

terça-feira 10 de setembro

manhã

09h - 12h

teoria crítica I
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Felipe Ribeiro

Pensar dialeticamente e não dialeticamente: interpretação e história em Adorno

Hermes da Fonseca

As antenas da vida cotidiana podem romper a carapaça da segunda natureza? – um contraste entre Lefebvre e Adorno

Simone Bernardete Fernandes

Aproximações entre a interpretação nietzscheana da epopeia homérica e a descrição da formação subjetiva na *Dialética do esclarecimento*

Willian Silva de Vasconcelos

Adorno e o cinema: possibilidades de uma arte autônoma

filosofia moderna
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Lili Pontinta Cá

Notas sobre direito natural em Grotius e Pufendorf

Lourenço Fernandes Neto e Silva

A dinâmica da atenção e do hábito na filosofia de Condillac

Rodrygo Rocha Macedo

O cavaleiro, a bruxa, o judeu e o herege: a Idade Média no pensamento de Hegel

Wellington Anselmo Martins

As ideias de sinceridade e transparência na narrativa de si, segundo Rousseau no livro um das Confissões

filosofia e
psicologia
sala de reuniões
(DFIL-UFSCar)

Graziele Gonçalves de Lima

Construção fetichista e a concepção de realidade em Freud

João Eduardo Torrecillas Sartori

A ascensão de um autoritarismo no Brasil no século XXI: a teoria freudiana sobre as massas na análise do bolsonarismo

Luiz Augusto Rosa

Seria possível estabelecer uma relação entre o Materialismo Eliminativista e a Teoria Construtivista das Emoções?

Muniquê Gaio Filla

Investigações sobre o Eu e a sexualidade no aparelho do sonho freudiano

Vinicius Fratta Fritz

Dos sonhos à horda primitiva: a preservação do arcaico em Sigmund Freud

tarde

14h30 - 16h30

minicurso
auditório
(DFIL-UFSCar)

Prof. Dr. Eduardo Socha [UFSCar]

Pensar por modelos: considerações sobre o método na dialética negativa de Adorno

tarde

16h30 - 17h

coffee break

noite

19h

conferência
auditório
(DFIL-UFSCar)

Profa. Dra. Léa Silveira [UFLA]

Simbolismo e circularidade fálica entre Jacques Lacan e Nancy Fraser

quarta-feira 11 de setembro

manhã

09h - 12h

teoria crítica II
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Breno Machado Viegas

Pseudoindividualidade, fetichismo e regressão musicais em Theodor W. Adorno

Bruno César de Almeida Souza

"Um Eros que sonha": Corpo e erotismo na metafísica da Moda em Walter Benjamin (1892-1940)

Cibele Saraiva Kunz

O jovem Marcuse: discussões sobre arte e utopia

Maria Clara Ferreira Togeiro

Fantasia e Emancipação em Marcuse

Victor Hugo de Oliveira Saldanha

O estatuto do prazer na sociedade burguesa: considerações de H. Marcuse nos ensaios da *ZfS*

filosofia social e
política

sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Dario de Negreiros

A "força do concreto": Caio Prado Jr. e a revolução brasileira

Fábio Henrique Bugatti

O pensamento político de Hannah Arendt e o surgimento de novos espaços de ação no mundo contemporâneo

Lucas Carvalho Peto

O tempo na *Doktordissertation* de Marx

Luiz Felipe Santana

Teologia apofático-política no *Leviatã* de Thomas Hobbes

tarde

14h30 - 16h30

minicurso
auditório
(DFIL-UFSCar)

Prof. Dr. Eduardo Socha [UFSCar]

Pensar por modelos: considerações sobre o método na dialética negativa de Adorno

tarde

16h30 - 17h

coffee break

noite

19h

conferência
auditório
(DFIL-UFSCar)

Profa. Dra. Marília M. Pisani [UFABC]

Tornar-se um escaravelho: reflexões para uma filosofia das práticas insurgentes

quinta-feira

12 de setembro

manhã
09h - 12h

filosofia
contemporânea II
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Gláucia Silva do Nascimento
Vontade de verdade à luz da genealogia foucaultiana

Lívia Francisco Arantes de Souza
Três elaborações de Foucault sobre as ciências humanas

Lutti Mira Salineiro
A posição da mercadoria na obra madura de Karl Marx: Modelos críticos

filosofia da
linguagem
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

David Ferreira Camargo
Linguagem natural e língua bem-feita

Gustavo Gueraldini Michetti
Solipsismo no capítulo VI das *Observações filosóficas*

Hegildo Holanda Gonçalves
A linguagem na intriga do "ser e outramente que ser" a partir de Emmanuel Levinas

Uriel Massalves de Souza do Nascimento
Reflexão da linguagem e linguagem da reflexão: Herder e a filosofia da linguagem alemã do século XIX

tarde
14h30 - 16h30

filosofia
contemporânea III
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Felipe Ramos Gall
O cômico como categoria existencial em Kierkegaard

Luiza Helena Hilgert
O caminho do conceito de fenômeno em Sartre: Husserl, Heidegger e a Fenomenologia

Taciane Alves
Metafísica da finitude versus idealismo especulativo: *A Auseinandersetzung* de Heidegger com Hegel

Tayrone Barbosa Justino Alves
Jan Patočka e a crítica ao subjetivismo na fenomenologia de Husserl

filosofia
contemporânea
IV
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Alisson Ramos de Souza
Deleuze e Derrida: a questão do problema e o problema da questão

André Luiz Nardim
Platão e a teoria diferencial das faculdades em Diferença e Repetição

Luiz Eduardo Albert Silva
Notas sobre o "Cristal de Tempo" em Deleuze

Luiz Fernando Coutinho
Deleuze revisto por Rancière: meditações sobre a existência de uma suposta modernidade cinematográfica

filosofia
contemporânea V
sala de reuniões
(DFIL-UFSCar)

Heliakim Marques Trevisan
Teoria do conhecimento e teoria da matéria em Matéria e memória

Paulo Jorge Barreira Leandro
Bergson, intuição e riso: a comicidade crítica na arte do Palhaço

Yago Antonio de Oliveira Morais
Inconsciente e representação em Bergson

tarde
16h30 - 17h

coffee break

noite
19h

conferência
auditório
(DFIL-UFSCar)

Prof. Dr. Sandro Kobol Fornazari [UNIFESP]
A lógica do sentido, o paradoxo e a linguagem esquizofrênica: imagens do pensamento em Deleuze

sexta-feira 13 de setembro

manhã
09h - 12h

aristóteles
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Afonso Gabriel Gadelha Normando
Da descoberta da liberdade na Grécia Antiga à concepção da *eleutheria* aristotélica

Alcides Devides Moreno
Há um princípio comum entre as substâncias aristotélicas?

Felipe Calleres
Consonância, dissonância, e excesso de volume sonoro: o intrincado argumento sobre a natureza da atividade sensível

filosofia antiga e
medieval
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Giovanna Braz
Orfeu e orfismo em Platão

Henrique Nascimento Guimarães
O mesmo (*τὸ αὐτὸ*), pensar (*voεῖν*) e ser (*εἶναι*) no fragmento 3 do poema de Parmênides

Julia Maia Peixoto Camargo
Sobre os modos de presença na memória segundo Agostinho (*Conf. X*)

Richard Lazarini
Marsílio Ficino intérprete de Platão: uma chave de leitura aos diálogos *Íon* e *Fedro*

Thales Perente de Barros
O medo da morte e o sofrimento humano na filosofia epicurista da obra *De rerum natura* de Tito Lucrecio Caro

tarde
14h30 - 16h30

platonismo
sala da graduação
(DFIL-UFSCar)

Deivid Junio Moraes
As diferentes recepções de Platão na Academia: a consideração da forma dialógica e suas implicações

Leander Alfredo da Silva Barros
A função da analogia do pintor-escriva: prazer, opinião e falsidade no *Filebo* (36c-40d)

Mateus Lima dos Santos
Mimesis em Platão: uma aproximação entre *O Banquete* e *A República*

Sheila Paulino e Silva
Duas dinâmicas da alma em Platão

Tiago Azambuja Rodrigues
Os diálogos de Platão: o procedimento hermenêutico de L. Strauss

estética e filosofia
geral
sala da pós-
graduação
(DFIL-UFSCar)

Hugo Leonardo de Quadros e Tonon

Imaginação e loucura na expressão da turbulência na tela *A Noite Estrelada* de Vincent van Gogh

Rafael Lopes do Valle

100 anos de Gilda de Mello e Souza e 100 anos de Bauhaus: uma aproximação

Rubens José da Rocha

Simbolismo e interseccionismo em Fernando Pessoa Ortônimo

tarde

16h30 - 17h

coffee break

noite

19h

conferência de
encerramento

auditório

(DFIL-UFSCar)

Prof. Dr. Léon Kossovitch [USP]

As artes e as retóricas

RESUMOS

Da descoberta da liberdade na Grécia Antiga à concepção da *eleutheria* aristotélica

Afonso Gabriel Gadelha Normando

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Marisa da Silva Lopes

Resumo: Aristóteles não nos deixou uma explícita definição do termo *eleutheria* (liberdade) em suas obras. É possível, entretanto, vislumbrar tal concepção por meio das seguintes análises: a relação doméstica senhor e escravo; as vantagens e desvantagens do regime democrático; o conceito de cidadão e a atribuição de cidadania; as discussões metafísicas sobre a ciência superior e as ações voluntárias e involuntárias. Diante disso, diversos comentadores de suas obras têm elucidado as mais diversas interpretações. Grande parte dos estudiosos concorda que a visão do filósofo tem seus fundamentos, principalmente, na relação senhor/escravo que o filósofo analisa em suas obras. Essa interpretação parte do princípio de que homens livres têm o poder de deliberar, enquanto que os escravos, naturalmente, não possuem a faculdade deliberativa. O homem, portanto, deve atender a certas qualificações em sua alma para ser considerado *eleutheros* (livre), e enfim, exercer na *polis* o seu direito de deliberação política. A partir de uma análise histórico-evolutiva do conceito de *eleutheria* na Grécia Antiga e do que se pode entrever nas discussões de Aristóteles sobre o assunto em algumas de suas obras como: *Política*, *Ética a Nicômaco* e *Metafísica*; a presente comunicação pretende – não buscar uma acurada definição da *eleutheria* aristotélica – mas discutir as diferentes interpretações do termo e sugerir caminhos alternativos à busca de sua definição.

Palavras-chave: Aristóteles; *eleutheria*; liberdade; senhor; escravo.

Há um princípio comum entre as substâncias aristotélicas?

Alcides Devides Moreno

Mestrando em Filosofia [USP]

Bolsista CNPQ

Orientador(a): Evan Robert Keeling

Resumo: Nossa pesquisa consiste na análise da teoria das substâncias aristotélicas contida no Livro Lambda da *Metafísica*. Propomos, para o presente seminário, apresentar a análise da parte final do primeiro capítulo desse livro. Nessa parte, o texto afirma que há três substâncias: uma sensível corruptível, uma sensível incorruptível e uma terceira substância imóvel. Em seguida, a partir da existência dessas três substâncias, o texto apresenta um problema a ser resolvido por essa investigação: “enquanto aquela [a substância sensível] pertence a Física (pois está junto aos movimentos), essa [a substância imóvel] pertence a outra ciência, se não houver nenhum princípio comum a elas” (1069a36-1069b2). Quer dizer, o problema consiste em saber se existe algum princípio comum a essas substâncias, de modo que ambas pudessem ser objeto de uma mesma ciência. Acreditamos que o modo como esse problema será desenvolvido é crucial para o entendimento do tratado. Por isso, estamos propondo discutir em nossa apresentação os termos em que esse problema é inicialmente formulado. A propósito ainda da relevância dessa questão, tenhamos em mente algo que surge na *Filosofia Moderna*, a partir das “*Meditações Metafísicas*” de Descartes. O subtítulo dessa obra anuncia que será demonstrada a existência de “uma separação real entre o corpo e a alma do ser humano”. No entanto, como é sabido, esse entendimento acabou por gerar o problema da *comunicação entre o corpo e a alma do ser humano*, dada essa separação real entre ambos. Assim, tendo-se em vista que essa separação decorre finalmente, também para Descartes, de uma separação entre dois tipos de substâncias, nos perguntamos se esse problema enfrentado pela *Filosofia Moderna*, não seria ainda um desdobramento desse mesmo problema anunciado no final do primeiro capítulo do *Livro Lambda*, o qual pretendemos discutir em nossa apresentação. Com tudo isso, acreditamos que vale a pena refletirmos sobre como o problema de um princípio comum entre as substâncias é inicialmente apresentado no *Livro Lambda* e os possíveis desdobramentos que essa questão poderá ter.

Palavras-chave: Aristóteles; Metafísica; Livro Lambda, substâncias.

Kant e a filosofia da história

Alexandre Gil Assis

Mestrando em Filosofia [Unesp/Marília]

Orientador(a): Ubirajara Rancan de A. Marques

Resumo: Esta apresentação pretende explicar sobre a possibilidade de um plano oculto da natureza para com a humanidade, no sentido de um aperfeiçoamento até atingir uma sociedade civil perfeita pela perspectiva de Immanuel Kant. O filósofo alemão do século XVIII, em sua obra *Ideia de uma História de um Ponto de Vista Cosmopolita* (1784) apresenta uma reflexão sobre a filosofia da História. Nesta obra, Kant, examina a perspicácia da natureza para o desenvolvimento de certas disposições naturais na humanidade. O autor expõe suas considerações por meio de nove proposições. Por meio das proposições do filósofo, percebe-se que a natureza distribuiu para todas as criaturas certas disposições naturais, sendo o grande propósito da natureza a realização de tais disposições conforme certas finalidades. Na óptica de Kant, a humanidade está sempre num processo histórico de progresso da razão, este processo se efetua por meio do antagonismo entre a sociabilidade e a insociabilidade. Para ele a natureza criou na humanidade a capacidade de oposição, ou seja, o homem é egoísta e deste sentimento surge a oposição entre eles. Contudo, essa objeção é tida como algo benéfico, pois ela retira o homem da apatia. Devido à esta divergência de forças que age sobre o homem ele sai do estado de natureza e entra no estado civil. Com isso, no estudo da natureza humana Kant percebe que as boas disposições morais existem simultaneamente com as inclinações egoístas. A oposição entre a sociabilidade e a insociabilidade retira o homem da sua inércia e do comodismo. Desta forma, o homem, movido pelo desejo de dominar e pelo desejo de ter uma posição melhor, desenvolve as suas potencialidades naturais. Com o desenvolvimento da razão tem-se uma perspectiva de progresso, ou seja, o gênero humano por meio do desenvolvimento das disposições naturais está sempre melhorando. O grande desafio a ser enfrentado é a criação de uma sociedade civil justa, regida pelo direito. O direito deve garantir a liberdade dos indivíduos.

Palavras-chave: Kant; disposições; direito.

Deleuze e Derrida: a questão do problema e o problema da questão

Alisson Ramos de Souza

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Silene Torres Marques

Resumo: O presente trabalho pretende investigar o *talvez* – modalidade que, segundo Nietzsche, está ligada ao advento de uma filosofia vindoura – e suas implicações nas concepções tradicionais de sujeito, sobretudo, na figura do *cogito*; na noção de verdade, enquanto adequação e; na representação corrente de tempo que instala o *talvez* na forma do meramente possível. As filosofias de Deleuze e Derrida são mobilizadas, a fim de dramatizar o *talvez* na crítica da filosofia da representação e na desconstrução da metafísica da presença, permitindo, assim, o advento do acontecimento, ou melhor, de um pensamento propício a acolher o acontecimento. Para isso, propõe-se relacionar o *talvez* ao paradoxo (disjunção inclusiva), uma vez que este último exerce-se afirmando dois sentidos de uma só vez, desestabilizando o bom senso e o senso comum. O trabalho é conduzido pela seguinte questão: quais as consequências e implicações para a filosofia quando ela assume os riscos do *talvez*? Trata-se de retirar o *talvez* de seu estado de maldição, isto é: restituir sua dignidade ontológica, retirando a névoa de auto-evidência que o dissimula na ordem da disjunção exclusiva, da incerteza e da possibilidade. Dito de outro modo, trata-se de conferir um outro estatuto ao *talvez*, mas como invenção do outro.

Palavras-chave: Deleuze; Derrida; talvez; paradoxo.

O limite da síntese: imaginação e entendimento na *Crítica da razão pura*

Ana Carolina de Carvalho Belmani

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Paulo Licht

Resumo: É clássico já o problema da diferença entre as duas versões da Dedução Transcendental da *Crítica da Razão Pura*. Embora Kant afirme que a segunda edição traz mudanças apenas no método de exposição, não está claro se também há ou não mudanças no teor da própria doutrina. Em particular, não está claro se a segunda edição, ao dar centralidade ao juízo, amplia o alcance da síntese discursiva em detrimento da síntese da imaginação. A dificuldade aumenta porque a primeira *Crítica*, ao longo de toda a Analítica Transcendental, apresenta diferentes formulações sobre o papel da síntese em geral, as quais não são imediatamente compatíveis entre si. Nossa proposta central é investigar o alcance da atividade da imaginação nas duas edições da Dedução Transcendental: se sua função é reduzida ou mesmo substituída na segunda edição pela síntese intelectual. Apresentamos em primeiro lugar como o problema se apresenta no confronto com as duas versões da Dedução Transcendental. Em segundo lugar, justificamos nosso problema com base na discussão da literatura mais recente sobre o tema. Depois, em terceiro lugar, procuramos mostrar em linhas gerais como a pesquisa deve encaminhar a resolução de seu problema central. Ao longo dessas etapas procuraremos também mostrar as consequências que nosso problema central possui para compreender o próprio estatuto do objeto dado, tal como ele é apresentado na Estética Transcendental: objeto dado para a síntese ou objeto por ela produzido?

Palavras-chave: dedução subjetiva; dedução transcendental das categorias; imaginação; síntese.

Platão e a teoria diferencial das faculdades em *Diferença e Repetição*

André Luiz Nardim

Mestrando em Filosofia [USP]

Orientador(a): Débora Cristina Morato Pinto

Resumo: Em *Diferença e Repetição* Deleuze apresenta a reversão do platonismo como a tarefa da filosofia moderna, afirmando ser inevitável e desejável que esta reversão conserve muitas das características platônicas. Assim, o platonismo desempenha nesta obra um importante papel: mesmo subordinando a diferença ao Mesmo e ao Semelhante, ainda testemunha o estado das diferenças livres e indica a direção de sua própria reversão. Antes desta obra encontramos importantes referências a Platão nas leituras deleuzianas de Proust e Bergson. Quanto ao último, destacam-se a caracterização da intuição como um método de divisão de espírito platônico e a relação estabelecida entre a tese sobre o passado puro e a reminiscência, ambas relacionadas a pontos centrais da mobilização de Platão em *Diferença e Repetição*. Nesta obra é apresentada uma teoria diferencial das faculdades, segundo a qual a forma transcendental das faculdades se confunde com seu exercício transcendente. Embora estas noções remetam a Kant, este não é mencionado na primeira formulação desta teoria, em *Proust e os Signos*, onde esta é considerada como traço do platonismo de Proust. Em *Diferença e Repetição*, similarmente, a teoria diferencial das faculdades é vinculada inicialmente a Platão, sendo-lhe atribuída a descoberta do exercício transcendente das faculdades. Nesta apresentação o conceito de reminiscência é de grande importância e faz-se necessário explicitar a relação desta com outras referências a Platão, centradas, sobretudo, no método de divisão. Esta teoria também está associada à ideia de um empirismo superior ou transcendental, capaz de explorar o transcendental sem decalcá-lo sobre o empírico, o qual remete à interpretação da intuição bergsoniana como método de divisão capaz de se elevar até às condições da experiência real e à ideia de uma experiência do transcendental. Neste tema convergem as leituras deleuzianas de Platão, Proust e Bergson concernentes à possibilidade de viver o passado puro, relacionada ao conceito de reminiscência. Assim, visando fornecer elementos para a interpretação da teoria diferencial das faculdades apresentada por Deleuze em *Diferença e Repetição*, buscamos investigar uma trilha formada por ocasiões em que, em alguns de seus textos, Platão ou o platonismo são mobilizados de maneira relacionada à referida teoria e a temas adjacentes.

Palavras-chave: Deleuze; transcendental; faculdades; imagem do pensamento; platonismo.

A fundamentação metafísica da ciência prática em João Duns Scotus

Andrei Pedro Vanin

Doutorando em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Jamil Ibraim Iskandar

Co-orientador(a): Cesar Ribas Cezar

Resumo: A classificação aristotélica das ciências em teóricas e práticas estabelece uma distinção entre as ciências que tratam dos objetos mais elevados, imóveis, imutáveis, daquelas que tratam dos objetos corruptíveis, contingentes, mutáveis. Nesse modelo, as ciências teóricas são mais nobres do que as ciências práticas porque têm por objeto de investigação o gênero mais elevado de realidade. Elas ainda possuem um grau de certeza maior do que as ciências práticas porque possuem um objeto necessário. A recepção desse relato entre os filósofos medievais, especialmente no século XIII, provocou debates sobre o estatuto teórico ou prático da teologia. João Duns Scotus (1265/6-1308) defendeu o caráter prático da teologia, o que suscita perguntas sobre os critérios envolvidos para tal classificação (ou reclassificação), sobre a nobreza de tal ciência e o seu grau de certeza. A partir da quinta parte do prólogo da *Ordinatio*, ao estabelecer as relações entre intelecto e vontade como potências responsáveis pelo agir humano e ao defender que a vontade é a potência propriamente racional, Scotus fundamenta a ciência prática e, a partir disso, apresenta os motivos pelos quais a ciência prática é mais nobre e possui um grau de certeza em nada inferior à ciência teórica. Portanto, essa comunicação analisa, a partir da quinta parte do prólogo da *Ordinatio* de Scotus, os argumentos e as implicações de se defender a teologia como ciência prática.

Palavras-chave: classificação das ciências; ciência prática; nobreza; certeza; filosofia medieval.

Virada metafísica no pensamento de Popper

Aristides Moreira Filho

Doutorando em filosofia [USP]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Caetano Ernesto Plastino

Resumo: Um ponto central da discussão entre alguns integrantes do Círculo de Viena, notadamente Carnap e Popper, é a legitimidade da metafísica. De um lado, a verificabilidade como critério empírico de sentido destitui a metafísica de qualquer valor cognitivo; de outro, a refutabilidade distingue a ciência de outras formas de pensamento, inclusive da metafísica. O objetivo desta comunicação é mostrar que, inicialmente, o critério de demarcação proposto por Popper não elimina a metafísica, mas dá a ela um caráter heurístico, no sentido de que atua na elaboração de hipóteses especulativas, enquanto que a ciência caracteriza-se pelo caráter testável de suas hipóteses. São admitidas como científicas apenas as hipóteses empiricamente falseáveis. O que se considera aqui como virada metafísica, no pensamento de Popper, é uma espécie de transformação do papel da metafísica em sua metodologia. A partir da década de 1940, quando institui o chamado programa metafísico de investigação, Popper reconhece que a ciência pode admitir pressupostos, princípios básicos e convenções metodológicas, que não são testáveis, que são metafísicos. Um sistema teórico – programa metafísico de investigação – para ser admitido, precisa ser criticado e resistir à crítica. Neste contexto, a ciência se faz a partir de visões gerais de mundo com as quais interage. Nesta interação, as ideias metafísicas estão presentes não só nos problemas de explicação a serem escolhidos, mas também nos tipos de respostas que poderão ser aceitas como corretas ou como aquelas que apresentam um avanço em relação às anteriores.

Palavras-chave: ciência; metafísica; refutabilidade.

Pseudoindividualidade, fetichismo e regressão musicais em Theodor W. Adorno

Breno Machado Viegas

Mestrando em Filosofia [UFMG]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Rodrigo Antonio de Paiva Duarte

Resumo: O objetivo central do presente trabalho é abordar a noção de pseudoindividualidade na obra *O fetichismo na música e a regressão da audição* (1938) de Theodor W. Adorno, especialmente no que concerne à investigação do filósofo sobre os aspectos de recepção e de consumo das mercadorias artísticas que denotam uma ilusão de liberdade do indivíduo, o qual acaba por ser anulado na sociedade contemporânea. Para tal, serão levantados os panoramas culturais que culminaram com a negação do indivíduo e com a falência atual da própria categoria de sujeito a partir da teoria adorniana sobre a decadência do gosto, tanto na música séria como na música de massa. Nesse sentido, aspira-se demonstrar como a ausência da capacidade de julgar do indivíduo se desenvolve no âmbito da indústria cultural, sob a égide do capitalismo tardio e da dimensão propagandística dos meios de comunicação, tomando como base as célebres concepções, renovadas pelo autor, de fetichismo da mercadoria de Karl Marx, e de conformidade a fins sem fim de Immanuel Kant, inserindo-as nos contextos da música e da regressão da audição, tomada enquanto contraparte do próprio fetichismo do bem cultural. Diante de uma impossibilidade, em nossa época, de fruição de experiências genuinamente estéticas, pretende-se, portanto, examinar e explicitar a pseudoindividualidade nesse relevante artigo do crítico frankfurtiano, o qual abriu caminho para diversas discussões que irão posteriormente compor e alicerçar as suas fundamentais análises estéticas, musicológicas e de filosofia da arte.

Palavras-chave: Theodor W. Adorno; pseudoindividualidade; fetichismo na música; regressão da audição; indústria cultural.

“Um *Eros* que sonha”: corpo e erotismo na metafísica da moda em Walter Benjamin (1892-1940)

Bruno César de Almeida Souza

Mestrando em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado

Resumo: No trabalho de análise do capitalismo cultural do século XIX, intitulado *Passagens* (1927-1940), Walter Benjamin ao analisar a moda como “metafísica do tempo” e como alegoria central para a compreensão da noção de modernidade, reformula o conceito de “fetichismo da mercadoria” em Marx, a partir da dialética entre o corpo da mulher e o sentido erótico da mercadoria (vestimenta). Para tratar do erotismo na moda, Benjamin realiza uma aproximação – muito particular – do tema do “fetichismo da mercadoria” em Marx, aliando-o com a centralidade e o papel do desejo em Freud, e formula o conceito de “*sex appeal* do inorgânico”, destacando o sentido erótico da mercadoria que “[...] não reconduz ao trabalho do produtor, mas se relaciona com o consumidor, suscitando as suas fantasias”. O corpo da mulher como a figura central dessa metafísica carrega “os objetivos de estímulos eróticos da moda”, antevistos pelo colecionador e historiador Eduard Fuchs, citado por Benjamin. Neste sentido, trata-se de investigar, primeiramente, a centralidade da moda no pensamento de Benjamin, a sua formulação do conceito de “*sex appeal* do inorgânico” e, por último, num diálogo entre o historiador Eduard Fuchs e o poeta italiano Giacomo Leopardi, como o corpo (o orgânico) e a vestimenta (o inorgânico) expõem a dialética entre a moda e a morte.

Palavras-chave: moda; corpo; capitalismo cultural; modernidade.

O jovem Marcuse: discussões sobre arte e utopia

Cibele Saraiva Kunz

Doutoranda em Filosofia [USP]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Luiz Sérgio Repa

Resumo: O tema da arte perpassa toda a vida de Herbert Marcuse, está presente desde seus primeiros escritos até o último: *A dimensão estética*. Todavia, é pouco recorrente vermos estudos contemporâneos que se dediquem a pesquisar os escritos da juventude de Marcuse, anteriores ao seu engajamento ao círculo da Escola de Frankfurt. Assim acontece com *O Romance de Artista Alemão (Der Deutsche Künstlerroman)*, a tese de doutorado de Marcuse. Defendida em 1922, mas publicada somente em 1978, tal tese ficou desconhecida do leitor por muito tempo, de fato, ainda é, pelo menos para os leitores não familiarizados com a língua alemã, já que não se possui tradução, somente a introdução consta traduzida para o inglês. No entanto, é uma obra muito importante para os estudiosos da estética de Marcuse, pois expõe de forma embrionária reflexões que serão a base de sua teoria estética nas décadas de 60 e 70, tais como: a separação entre arte e vida, a alienação artística e o papel da arte como meio de crítica social. Ademais, busco demonstrar que a ideia de utopia, intimamente relacionada à estética em Marcuse, já se encontra neste trabalho, ainda que de forma não-evidente. Com essa comunicação, busco suprir um pouco a carência de escritos e debates, especialmente em português, sobre esta obra.

Palavras chaves: romance; utopia; mundo da arte; mundo da vida.

A “força do concreto”: Caio Prado Jr. e a revolução brasileira

Dario de Negreiros

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Marilena Chaui

Resumo: Se há uma força comum aos livros *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *A revolução brasileira* (1966) e *História e desenvolvimento* (1972), esta é – para dizê-lo com Antonio Candido – a *força do concreto*. Trata-se, em todos os casos, da tentativa incansável de encontrar uma lógica interna à realidade histórica nacional, enxergando-a “não como aparece nos mesquinhos e deformadores esquemas e modelos exóticos com que se tem pretendido enxergá-la e a interpretar”, modelos dos quais decorre uma “teorização às avessas que vai dos conceitos aos fatos, e não inversamente desses fatos aos conceitos”. Em *A revolução brasileira* (1966) – que é o nosso assunto principal – são dois os objetivos essenciais de Caio Prado. Trata-se de: 1. “deslindar os fatores ou forças que no terreno econômico, social e político estão efetivamente na base do dinamismo da história brasileira da atualidade, e que impelem ou são suscetíveis de impelir a marcha dos acontecimentos no sentido da revolução” e 2. “indagar quais os meios e processos adequados para estimular aqueles fatores e forças a fim de alcançar o mais breve possível os objetivos almejados” (idem). Isso sob a condição de que estes meios e processos “se apresentem nos próprios fatos investigados”, em vez de serem sugeridos “pela boa vontade e imaginação de reformadores”. Fazendo emergir o concreto, Caio Prado tentará demonstrar de que modo o pensamento por importação de modelos exóticos está na raiz da incapacidade da esquerda, no pré-golpe de 1964, de analisar conjunturas, compreender o comportamento dos atores, especular com alguma plausibilidade sobre possíveis desfechos de suas disputas, identificar quais são as forças às quais pode se aliar, quais se lhe contrapõem e, principalmente, quais seriam os caminhos que lhe permitiriam traçar uma estratégia revolucionária que fosse mais do que uma quimera.

Palavras-chave: Caio Prado Junior; revolução brasileira; pensamento brasileiro.

Linguagem natural e língua bem-feita

David Ferreira Camargo

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Fernão Oliveira Salles /

Co-orientador(a): Luís Fernandes Nascimento

Resumo: Desde o *Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos* (1746), Condillac defende que a linguagem cumpre um papel determinante na formação das operações do entendimento humano. Isso quer dizer que o animal que domina os signos adquire mais conhecimentos, pois ele desenvolve melhor suas capacidades cognitivas. Uma linguagem bem-feita auxilia nos raciocínios e nas descobertas que uma ciência exige. Todavia, a linguagem pode muitas vezes levar o homem a produzir conhecimentos falsos, de modo a adquirir preconceitos e a distanciá-lo da verdade. É preciso, portanto, buscar critérios para saber no que consiste uma língua ser bem-feita de maneira a auxiliar na busca de conhecimentos. Tais critérios encontram-se nas faculdades mesmas do homem, através das quais ele as aplica na ação e no conhecimento. Em sua *Gramática*, Condillac defenderá que não há ideias inatas, mas existe sim, uma linguagem inata. Ao fazer a gênese da linguagem, é possível encontrar o modo como ela se constitui e se desenvolve e saber como surgem os defeitos de uma língua que conduzem ao erro. A possibilidade de uma linguagem natural, ligada às condições de experiência e sociabilidade, é a chave para responder como a linguagem pode ser aprimorada ou bem constituída e, portanto, encontrar os critérios para uma língua bem-feita. A matemática dá exemplo de uma ciência que caminha de maneira segura, e sua língua é a álgebra. Da linguagem de ação e do descobrimento dos signos numéricos até a escrita, pode-se observar, por meio da filosofia de Condillac, o desenvolvimento da linguagem e sua aplicação às descobertas.

Palavras-chave: Condillac; linguagem; análise; empirismo.

As diferentes recepções de Platão na Academia: a consideração da forma dialógica e suas implicações

Deivid Junio Moraes

Doutorando em Filosofia [UFRJ]

Orientador(a): Fernando Santoro

Resumo: A recepção da filosofia de Platão na Antiguidade, especificamente na Antiga Academia, a partir de 348 a.C., e, depois, na Média e na Nova Academia (ca. 270-séc. I a.C.), apresenta algumas questões essenciais, e ao mesmo tempo problemáticas para a tradição. As divergências interpretativas dessa filosofia, sob as perspectivas epistemológicas do dogmatismo e do ceticismo, conservam os seguintes problemas de ordem histórica, filosófica e metodológica: haverá uma doutrina em Platão? Como identificá-la? Os *Diálogos* são transmissores de um pensamento ou são produtores de pensamento? Quais lições tirar da leitura dos *Diálogos*? Se há diálogos considerados aporéticos e outros não, a obra de Platão, vista em seu conjunto, permite quais avanços teóricos? Diante disso, deve-se evidenciar em que medida o pensamento de Platão pode-se adequar a uma ou a outra perspectiva filosófica, seja ela dogmática ou cética. Embora sua obra possa ser compreendida e transmitida como uma doutrina sistemática, a consideração de sua forma escrita, e do tratamento dialógico e dramático de seus temas, parece sugerir, também, uma postura aporética quanto ao conhecimento e quanto à transmissão positiva da verdade. A forma dialógica, se levada a sério, tal como defendera Cícero (106-43 a.C.), pode fundamentar uma determinada prática filosófica, ao mesmo tempo em que rejeita outra. Para esse autor, quando Arcesílaos (316-241 a.C.) assumiu a direção da Academia, por volta do ano 270, a prática investigativa pelo diálogo não era mais costume desde os sucessores imediatos de Platão – Spêusipos, Xenócrates, e os *diádokoi* da Antiga Academia. Arcesílaos havia então resgatado e defendido a prática do diálogo como fundamental para a escola; desse modo, o diretor da Média Academia acreditava pôr em prática a postura antidogmática, por ele identificada à filosofia de Platão. Esse debate evidencia que a obra dramática de Platão não teve, na escola por ele fundada, uma recepção homogênea. Como explicar isso? Entre essas recepções, qual seria a mais coerente com o chamado “pensamento de Platão”?

Palavras-chave: Platão; Academia; dogmatismo; ceticismo.

O pensamento político de Hannah Arendt e o surgimento de novos espaços de ação no mundo contemporâneo

Fábio Henrique Bugatti

Mestrando em Filosofia [UNESP/Marília]

Orientador(a): Ricardo Monteagudo

Resumo: O trabalho investiga como o pensamento político de Hannah Arendt e sua análise dos eventos políticos contemporâneos permite pensar a ação política na contemporaneidade, a partir da criação de novos espaços políticos, da relação e da ação conjunta de novos atores. O pensamento de Arendt é caracterizado por suas distinções conceituais – como aquelas entre poder e violência; público, privado e social; liberação e liberdade, etc. – e apesar das rígidas separações entre tais noções, determinando o que poderia ser considerado como político ou não, a autora destaca como estes conceitos não aparecem no mundo de forma estanque. As distinções conceituais de Arendt servem como um processo para tornar clara a diferença entre tais conceitos, apesar das aparições no mundo destes fenômenos de forma conjunta ou misturada. As distinções, no entanto, não propõem um sentido a ser construído, mas sim, servem como ferramentas para melhor compreender a realidade, de forma a não ser afetado pela confusão conceitual da tradição política ocidental. Assim, apesar das claras distinções de Arendt e de sua rígida definição de um espaço público – espaço criado pelo agir e discursar conjuntamente entre indivíduos iguais – contraposto aos espaços privado e social; este último que conduz Arendt a determinar que questões econômicas, administrativas, ou certos temas – questões tradicionalmente pertencentes à esfera privada, e que na modernidade adentram o espaço público criando uma confusão entre política e economia, criando o espaço social – não são políticas. No entanto, no ensaio *Sobre a Violência*, Arendt destaca como frente ao peso da administração da sociedade de massas, os espaços políticos tradicionais, institucionalizados, não teriam mais a capacidade de funcionar como este espaço próprio da ação, espaço capaz de gerar novas formas políticas e de experimentar a liberdade pública. Aqui seu conceito de ação, como atividade capaz de gerar o novo, permite a construção de novas teias de relação e novos espaços políticos. A criação de novos espaços, e a introdução de temas e questões anteriormente estranhas à esfera política, depende unicamente da ação conjunta de indivíduos e da introdução de tais questões na esfera política. Um “novo exemplo”, portanto, só poderia surgir das margens, destes espaços “estranhos” à política.

Palavras-chave: Hannah Arendt; espaços políticos; distinções conceituais.

Consonância, dissonância, e excesso de volume sonoro: o intrincado argumento sobre a natureza da atividade sensível

Felipe Calleres

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Marisa da Silva Lopes

Resumo: Gostaria de ler uma passagem do *De anima*, a qual tem sido o foco de análises divergentes. Segundo minha leitura, a causa dessas divergências consiste na dificuldade em se determinar precisamente o modo como o argumento aristotélico é levado a cabo, mas também porque não se reconhece sua função na ordem do texto. Reconhecendo essa dificuldade, sugiro que, mesmo que o argumento não seja claro, sua função o é, a saber: introduzir as condições nas quais há simultaneidade da sensação. Em *De anima* III, 2 a passagem de 426a27 até 426b8 introduz o tema da discriminação, abordando o caso musical dos acordes, os quais se produzem quando há certas afinações, formando uma unidade sonora, enquanto que notas dissonantes não formam unidades e são percebidas como notas distintas ocorrendo ao mesmo tempo. O curioso do argumento, é que ele adiciona um segundo caso em que não é possível ao acorde ser formado. Trata-se da combinação de notas em que uma delas é excessiva, impedindo mesmo que a audição funcione de modo saudável. Assim, as formas sensíveis recebidas sem a matéria são caracterizadas de dois modos: pela sua intensidade e pela sua característica específica, ou seja, ser um tom grave ou agudo, mas além destes, pela formação de unidades ou sua não-formação. Nossa proposta é que, distinguindo essas duas dimensões, talvez seja possível avançar numa hipótese mais sólida sobre o papel da simultaneidade da sensação na discussão sobre a discriminação sensível no *De anima*.

Palavras Chave: sensação simultânea; discriminação; atividade sensível; *logos* sensível.

O cômico como categoria existencial em Kierkegaard

Felipe Ramos Gall

Doutorando em Filosofia [PUC/Rio de Janeiro]

Bolsista FAPERJ

Orientador(a): Luisa Severo Buarque de Holanda

Resumo: Kierkegaard, dentre todos os autores da tradição ocidental, foi quem, em seu pensamento, deu ao cômico a maior importância. Se examinarmos sobre o que cada pessoa ri, e de que modo ri, saberemos intuir de modo privilegiado que tipo de pessoa ela é. Desse modo, este trabalho pretende, antes de mais nada, apresentar os três estádios da existência elaborados por Kierkegaard, a saber, os estádios: estético, ético e religioso. Com isso, far-se-á necessário explicar também como se dá a dinâmica do salto de um estágio para outro. Entre o estético e o ético, encontra-se a ironia; entre o ético e o religioso, o cômico. Por conseguinte, o fenômeno do cômico, normalmente associado com o estético, já que o riso é um prazer, é para Kierkegaard esse “entre” em relação ao ético e ao religioso. O próprio pseudônimo dos *Pós-escritos Às Migalhas Filosóficas*, Johannes Climacus, se apresenta ao leitor como sendo um humorista. É ele que vai demonstrar, ao definir o perfil e a tarefa do pensador subjetivo, que culmina no estágio religioso, como o cômico pode ser entendido como uma ponte entre modos de existência que sempre são compreendidos como merecedores de absoluta seriedade. Com efeito, o principal objetivo deste trabalho será mostrar que o cômico também é coisa séria.

Palavras-chave: Kierkegaard; existência; cômico; humor.

Pensar dialeticamente e não-dialeticamente: interpretação e história em Adorno

Felipe Ribeiro

Mestrando em Filosofia [UFABC]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Fernando Costa Mattos

Resumo: A proposta da comunicação é discutir como interpretação e história se entrelaçam em Adorno, a partir de uma problemática determinada. Tal problemática nos é fornecida pelo aforismo 98 de *Minima moralia*, de título *Legado*, na qual Adorno apresenta o paradoxo do qual vive o pensamento dialético progressista, afirmativo, a saber: uma vez que tal pensamento critica um estado de coisas, a partir das possibilidades negativamente contidas que ele contém, ele, no entanto, serve a um impulso para desdobrar o que está dado, o que significa, então, que o pensamento negativo acaba pagando um tributo à lógica inexorável da história. Diante disso, Adorno propõe uma maneira diferente de pensar a história: não a partir do negativo que cada estágio positivo contém, mas a partir daquilo que restou, que ficou para trás no meio do caminho por ser incompatível com o curso da história, um resquício anacrônico que serve de índice de promessas cumpridas que, no entanto, foram *legadas* ao passado. A forma de pensar esse legado, Adorno a descreve da forma como entende a interpretação: é necessário lançar figuras que forneçam uma imagem histórica capaz de iluminar como um relâmpago tais promessas, no momento em que elas desapareceram e ficaram no meio do caminho. É ainda a essa noção de interpretação que caberia, como Adorno diz no fim do aforismo, pensar dialeticamente e não-dialeticamente, o que por sua vez nos remete a um trecho da *Dialética negativa*, obra na qual Adorno diz que a dialética não tem apenas um momento progressivo, mas outro regressivo, que retoma o que desapareceu no conceito. Em nossa comunicação, gostaríamos de estabelecer esses liames mais detalhadamente, mostrando como então, em Adorno, a tarefa da interpretação histórica precisa também se voltar às promessas esquecidas pela história, que servem de contraponto a um presente que arrasta sua força inexoravelmente.

Palavras-chave: Adorno; interpretação; história; memória; passado.

Orfeu e orfismo em Platão

Giovanna Braz

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Eliane Christina de Souza

Resumo: Há dois tipos de testemunhos órficos nos diálogos de Platão: os diretos, que se referem a Orfeu enquanto poeta e cantor mítico, e os indiretos, que se referem ao movimento religioso e doutrinário formado por seus seguidores, *oi amphí Orphéa*. Na primeira metade do século XX, quando os estudos sobre o orfismo passavam por um momento de hipercrítica – antes da descoberta das *Placas de osso de Ólbia* (1951), do *Papiro de Derveni* (1962) e das *Lâminas de ouro* (ao longo do século) –, a tendência entre os estudiosos era a de praticamente negar a existência de qualquer coisa que pudesse ser chamada de órfica no período clássico. Sobre a relação entre o orfismo e a filosofia de Platão, esses estudiosos se posicionavam basicamente de duas maneiras: ou afirmavam não haver nenhuma relação, ou afirmavam que o filósofo havia rechaçado veementemente suas possíveis doutrinas. O fato é que para negar qualquer influência destes *mistérios* sobre os diálogos platônicos – que até então eram a maior fonte sobre a tradição órfica do período clássico –, esses estudiosos tiveram que adotar um pequeno ardil metodológico: reduzir a análise do orfismo em Platão apenas às referências que mencionam Orfeu enquanto um poeta mítico. Obviamente, a intenção era deixar de fora uma grande quantidade de testemunhos, os indiretos, justamente aqueles que são relevantes do ponto de vista histórico, religioso e filosófico. Tendo isso em vista, o objetivo desta comunicação é apresentar a imagem que Platão nos oferece tanto de Orfeu quanto de seus seguidores, desconsiderando a artimanha metodológica adotada pela corrente hipercrítica que dominou a primeira metade do século XX. Basicamente, pretendemos apresentar o que podemos saber sobre os mistérios órficos a partir dos principais testemunhos de Platão.

Palavras-chave: Platão; Orfeu; orfismo; mistérios; mistérios órficos.

Vontade de verdade à luz da genealogia foucaultiana

Gláucia Silva do Nascimento

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Monica Loyola Stival

Resumo: Foucault considera a vontade de verdade uma marca característica do Ocidente e um dos sistemas de exclusão que este criou para se regular. Na década de 70, Foucault desenvolve trabalhos em torno dessa vontade de verdade por meio do método genealógico. A genealogia não considera a existência de essências fixas, leis subjacentes ou finalidades metafísicas nas coisas. Neste trabalho, faremos um percurso investigativo dos momentos que constituem a analítica da verdade em Foucault, notadamente nas obras: *A verdade e as formas jurídicas* (1973), *A Ordem do discurso* (1970) e *Aulas sobre a vontade de saber* (1970-1971), de modo a entender como ela, a verdade, é engendrada em relações de saber-poder. A partir de Nietzsche, Artaud e Bataille, Foucault reúne elementos combativos para fazer uma investigação em torno da vontade de verdade e contrapô-la à verdade, tal como pensada tradicionalmente. Para realizar tal investida, Foucault revoluciona a história e, valendo-se da leitura de Nietzsche, discute a inadvertida pregnância que há entre verdade e conhecimento. A verdade tem uma história constituída de erro e arbitrariedade, ou, nos dizeres de Veyne (1982), a história se torna história das lutas que solidificam verdades. O historiador francês destaca, ainda, uma característica original em Foucault, que está em explicar “o que é feito”, o objeto, pelo seu “fazer”, e não o oposto, situando este fazer em cada momento da história. Buscamos, assim, entender como funciona a aplicação do método genealógico nos estudos de Foucault no momento descrito previamente e em que medida pode-se aproximar Foucault de Nietzsche quando está em questão analisar a verdade, a vontade e o saber.

Palavras-chave: Foucault; vontade; genealogia; verdade.

Construção fetichista e a concepção de realidade em Freud

Graziele Gonçalves de Lima

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CNPQ

Orientador(a): Janaina Namba

Resumo: Na teoria psicanalítica freudiana observamos a existência de uma realidade psíquica em detrimento de uma realidade objetiva, sendo que, na primeira impera o reino das fantasias e do desejo inconsciente, de forma que o indivíduo da psicanálise comporta uma relação singular com a realidade. Um mecanismo inquietante evocado por Freud, é aquele presente no *Fetichismo* (1927), onde, diante da percepção de que a mulher (mãe) não possui pênis, um fragmento da realidade é recusado, a ausência do falo materno é denegada e o indivíduo substitui essa ausência por um outro objeto capaz de fazer a função de falo, assegurando-a contra a castração. Ao debruçar-se sobre os fetichistas, Freud observa o rechaço da ausência de pênis manifesta através da composição de uma fantasia para substituir o falo, nesse sentido, o fetichismo está relacionado com a discussão acerca das relações com a realidade. Um fragmento da realidade é passível de ser rejeitado, no caso do fetichismo, se faz presente uma ambivalência no mecanismo da substituição, visto que para forjar um substituto do órgão é necessário conservar o fragmento da realidade que comporta a ausência do falo, logo, a afirmação da castração. Segundo Freud, é esse mecanismo que constrói uma fantasia capaz de ajustar-se ao desejo. O objetivo desse estudo é discutir as relações entre o mecanismo fetichista e a concepção de realidade no discurso psicanalítico, especificamente a percepção subjetiva da realidade objetiva e, dessa forma, a construção de uma imagem de si e das relações com a exterioridade.

Palavras-chave: fetichismo; realidade psíquica; psicanálise freudiana.

Solipsismo no capítulo VI das *Observações filosóficas*

Gustavo Gueraldini Michetti

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Bento Prado Neto

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar o problema do uso do pronome “eu” para a apresentação da experiência imediata no capítulo VI das *Observações Filosóficas* (1929) e, como essa problemática nos remete à impossibilidade de expressar a “verdade do solipsismo”. Em primeiro lugar, examina-se a maneira como Wittgenstein elimina o uso do “eu” e do “ele” em proposições como: “eu tenho dores” e “ele tem dores”, a partir de *modos de apresentação* em que esses pronomes não ocorrem – o que esclarece que “eu” e “ele” não são essenciais aos fatos, que o “espaço da sensação” não possui um *proprietário*. Em segundo lugar, ao explorar os diferentes modos de apresentação, Wittgenstein enfatiza o privilégio da aplicação de *minha* linguagem em relação a aplicação da linguagem do *outro* ou, ainda, que há uma *assimetria* entre o modo como eu verifico as minhas proposições e o modo como verifico as proposições proferidas pela boca de outrem. Nesse caso, o modo de verificação da proposição “há dores” é mais direto por meio de minha linguagem (basta que eu sinta dores) do que o modo de verificação da linguagem do outro. Em terceiro lugar, mais do que endossar uma perspectiva solipsista da assimetria entre a aplicação de minha linguagem e a aplicação da linguagem do outro, perspectiva que consistiria em *dizer* que apenas *eu* tenho acesso aos *meus* dados do sentido (minhas dores), é possível encontrar no capítulo VI a impossibilidade do solipsismo, pois querer representar proposicionalmente aquilo que é condição para a representação proposicional, o caráter privilegiado pelo qual aplico a minha linguagem ao mundo, é um contrassenso.

Palavras-chave: eu; solipsismo; verificação; Wittgenstein intermediário.

A linguagem na intriga do “ser e outramente que ser” a partir de Emmanuel Levinas

Hegildo Holanda Gonçalves

Doutorando em Filosofia [UFSCAR]

Orientador(a): Luiz Damon S. Moutinho

Resumo: Em toda a sua obra, da juventude à maturidade, de *De L'évasion* a *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*, Levinas põe em questão tanto a anfibia da linguagem do Ser e do Ente quanto a linguagem ontológica, por reconhecer que há o comprometimento de um Dizer que é anterior ao Dito. A pretensão levinasiana é buscar um outro sentido que esteja mais além do ser, para além da essência (*au-delà de l'essence*), um sentido que expresse o “outro do ser”, o “outro que ser”, cujo significado não é “ser de outro modo”, nem tampouco “não ser”, pois a saída do ser indicada no “para além” da essência (*au-delà*) não equivale a morrer ou ao nada. Ser ou não ser não será essa a questão fundamental, pois o outro do ser enuncia uma diferença que está para além daquela que separa o ser do nada. Assim sendo, compreendemos que a noção de linguagem em Levinas assume duas faces em função da intriga ética. Se por um lado a filosofia se tece em linguagem ontológica, a Ética está além e aquém da ontologia. Daí que o filósofo procura mostrar a articulação do Dito (*Dit*) como linguagem própria do ser (Ontologia), não originária, interessada, ambígua, sincrônica e correspondente à esfera das línguas, dos signos, dos símbolos e dos jogos de linguagem; e do Dizer (*Dire*) como linguagem própria da ética e da proximidade, pré-originária, nem falada e nem escrita, fora dos jogos de linguagem e dos atos de fala, desinteressada, diacrônica. É a esfera própria do “diferentemente de ser” (*autrement qu'être*), do “outro que o ser”, para além da essência. A relação entre uma face e outra da linguagem é de uma constante intriga, pois o Dizer que é pré-originário, que significa antes da essência e da identificação, isto é, aquém da anfibia da linguagem do ser e do ente, enuncia o Dito sem nunca o trair; contrariamente ao Dito que jamais dá conta do Dizer e, por isso, necessita de ser desdito constantemente.

Palavras-chave: linguagem; dizer; ética.

Teoria do conhecimento e teoria da matéria em *Matéria e memória*

Heliakim Marques Trevisan

Doutorando em Filosofia [UFSCAR]

Bolsista CNPq

Silene Torres Marques

Resumo: A apresentação de nossa presente pesquisa consiste no resumo de uma análise realizada em nosso mestrado sobre as relações entre consciência e exterioridade na segunda obra do filósofo Henri Bergson, *Matéria e memória*, de 1986, sobretudo no que diz respeito à relação entre o primeiro e o quarto capítulo deste livro, nos quais uma teoria do conhecimento pode ser aproximada de uma ontologia, ou de um discurso sobre a materialidade. As relações entre psicologia e metafísica são, por conseguinte, o fio condutor que nos conduzem a uma filosofia da matéria. A partir do tratamento temporal que o filósofo dá aos seus temas, observa-se que uma nova psicologia dos planos de consciência fundamenta-se por uma renovação do conceito moderno de subjetividade. Isto leva o filósofo francês a uma nova teoria da percepção, bem como a uma nova teoria da matéria. Apresentar tais relações é o objetivo desta apresentação, pois permite uma concepção inovadora da consciência, com consequências na psicologia, na metafísica e na estética. Por fim, se analisará as implicações desta perspectiva no último capítulo da referida obra, momento em que o filósofo apresenta suas consequências metafísicas. Com isso, se buscará a originalidade do pensamento de Henri Bergson nas diversas relações que o autor estabelece entre a subjetividade e o mundo.

Palavras-chave: consciência; duração; imagem; matéria.

O mesmo (τὸ αὐτὸ), pensar (νοεῖν) e ser (εἶναι) no fragmento 3 do poema de Parmênides

Henrique Nascimento Guimarães

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Eliane Christina de Souza

Resumo: O poema de Parmênides é uma conjunção de fragmentos que a herança histórica atribui ao filósofo pré-socrático, fragmentos estes que comporiam seu poema, no qual ele narra seu encontro com a esfera divina que lhe reorienta no uso do *logos*. Busco analisar o poema partindo de seu terceiro fragmento: τὸ γὰρ αὐτὸ νοεῖν ἐστὶν τε καὶ εἶναι, que poderíamos sob fins didáticos traduzir como: “pois é o mesmo pensar e ser”. Há variadas discussões acerca do que esse fragmento realmente significa e uma extensa bibliografia sobre o tema, o que nos torna possível notar uma ausência de consenso interpretativo. Muitas das considerações partem não apenas do fragmento, mas da relação com os demais fragmentos, em especial ao final do fragmento 2. E pela similitude do raciocínio ali contido neste final de trecho, aproximo-o também do fragmento 6.1: χρῆ τὸ λέγειν τε νοεῖν τ' ἐὸν ἔμμεναι ἔστι γὰρ εἶναι, μηδὲν δ' οὐχ ἔστιν, que poderíamos também para fins didáticos traduzir por: “É necessário que seja o dizer, o pensar e o ser. Pois ser é, enquanto nada não é”. Também aproximo-o do fragmento 8.1: ταὐτὸν δ' ἐστὶ νοεῖ τε καὶ οὐνεχεν ἔστι νόημα, que, para introduzir a questão, podemos traduzir por “O mesmo é pensar porque (οὐνεχεν) também (καὶ) é pensamento”. Pretendo observar as possíveis consequências filosóficas de entender a simultaneidade dos termos ‘pensar’ e ‘ser’ em torno do termo ‘mesmo’. Buscando ver que é possível sim, entender que o único predicado possível para o *nous* é o *einai*, como se deriva do segundo fragmento, mas é também possível vermos que *auto* é o que é comum tanto ao *nous* como ao *einai*.

Palavras-chave: Parmênides; fragmento 3; *nous*.

As antenas da vida cotidiana podem romper a carapaça da segunda natureza? – um contraste entre Lefebvre e Adorno

Hermes da Fonseca

Doutorando em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Edson Luís de A. Teles

Resumo: A abordagem do capitalismo como um “processo histórico-natural”, realizada por Karl Marx no séc. XIX, retomada e desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer em meados do séc. XX – em cuja *Dialética do esclarecimento*, de 1947, se lê que “a naturalização dos homens hoje não é mais dissociável do progresso social” – em nossa época atual: por um lado a devastação sem precedentes da natureza (a crise ecológica) e, por outro, a natureza artificialmente criada (biotecnologia) decorrente da naturalização das criações humanas (que se autonomizam das criações do trabalho humano), tornaram mais inelutável que nunca a problematização do conceito de história natural. Questionar se o devastador processo de naturalização do capitalismo global da atualidade contém contradições capazes de impedir sua reprodução indefinida, suscita o problema das potencialidades políticas da vida cotidiana. Uma das mais originais abordagens desse tema foi aquela realizada por Henri Lefebvre em sua trilogia *Crítica da vida cotidiana* (1947, 1961, 1981). Sendo a vida cotidiana o solo que suporta o edifício das instituições (do Estado, inclusive), a cotidianidade é, sob a perspectiva lefebvreana, o fio condutor que permite conhecer a “sociedade” situando-a no global. Interessa, para os efeitos da discussão proposta, tomar a noção de história natural (especificamente o conceito que lhe é ínsito de “segunda natureza”) nas obras de Lefebvre e Adorno (*A idéia de história natural* (1932) e *Espírito universal e história natural* (1966) para relacioná-la ao debate sobre a (ir)relevância política da vida cotidiana e sobre as virtualidades emancipatórias na atualidade.

Palavras-chave: vida cotidiana; história natural; segunda natureza; Henri Lefebvre; Theodor Adorno.

A *physis* em Nietzsche

Hugo José de Carvalho Vedovato

Mestrando em Filosofia [UNIFESP]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Henry Martin Burnett Junior

Resumo: Para Nietzsche, a produção científica operaria – ao menos em seus elementos formais e fundamentais – no mesmo registro no qual opera a arte, não apenas selecionando a seu contento as informações com as quais desenvolve seus postulados, mas também impondo as chaves de interpretação com as quais se deva validar ou não seus produtos. Nesta medida, ela apenas se difere da ficção pela pretensão que lhe é característica: a legitimidade de suas asseverações no que diz respeito ao mundo objetivo, ao “real”. Removida essa assertividade, são aproximadas de modo radical. Ambas procedem de modo formalmente igual e chegam a resultados formalmente iguais – os construtos de ambas são epistemologicamente indistinguíveis. Tampouco é possível indicar suas aspirações como divergentes, pois o pensamento nietzscheano não concede o descompromisso da arte com o que lhe seja externo. Bem como há um número diverso de motivações bem mais amplo a mover o cientista do que a busca pela verdade, há outro igualmente amplo que impulsiona o artista por razões bem mais variadas e complexas que o simples amor por si mesma. Corretas estas considerações, arte e ciência seriam – se não pragmaticamente – semanticamente sinônimas. Expressões da *poiésis* humana e, como tais, o outro da *physis*, nunca seu retrato fidedigno – resultam do esforço por interpretar esta última, organizar no âmbito mental os fragmentos apreendidos a partir dela. A *poiésis* conduz experimentos nos quais as impressões angariadas do mundo atual são aglutinadas e relacionadas nos moldes das valorações que as põem em movimento. Claro, a constituição deste material bruto (as impressões angariadas) influencia continuamente a reformulação destes moldes em proporção sempre muito próxima da influência que estes moldes têm, então, na observação e tratamento deste material, donde não seria desarrazoado inferir que a própria abertura de um espaço para uma oposição entre *physis* e *poiésis* seja fatura dessas inúmeras reformulações ancestrais aparentemente irresgatáveis. Para o pensamento nietzscheano, afinal, seria aquela primeira inatingível ou apenas uma criação daquela segunda?

Palavras-chave: Nietzsche; *physis*; *poiésis*.

Imaginação e loucura na expressão da turbulência na tela *A Noite Estrelada* de Vincent van Gogh

Hugo Leonardo de Quadros e Tonon

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista Capes

Orientador(a): Luiz Damon Santos Moutinho

Resumo: Este estudo propõe avaliar o processo criativo operado por Vincent van Gogh para compor a tela *A Noite Estrelada*. A razão desta escolha está em que, segundo a hipótese de um grupo de cientistas, nesta tela, o pintor teria sido capaz de expressar o movimento da turbulência com alto realismo – teoria científica que propõe uma equação matemática para representar o movimento das partículas que fluem em alta velocidade em um fluido. Para discutir o sentido da experiência de Van Gogh, faz-se necessário o exame das condições que o pintor usou para a composição pictórica: a imaginação sob a condição de uma forte exaltação psicótica. É possível que um pintor, Vincent van Gogh, pela imaginação e sob forte agitação psicótica, seja capaz de expressar a essência do movimento da turbulência em uma tela, sem que um conceito científico definido o conduzisse em sua expressão? Abordaremos esta questão a partir da ambiguidade de Merleau-Ponty, que, sem dicotomizar as relações entre ciência e arte, razão e imaginação, realidade e loucura, se mostra enquanto um autor decisivo para tal avaliação. O pensamento da ambiguidade de Maurice Merleau-Ponty, sem dicotomia entre conhecimento e arte, razão e imaginação, realidade e loucura, se mostra decisivo para avaliar o teor significativo da obra. Assim, se for confirmada a possibilidade de que a exaltação psicótica não inviabiliza uma espécie de cognição a ser operada pela imaginação, além de uma nova visada epistemológica, pode-se abrir, por esta via, a possibilidade de haver uma analogia entre o conteúdo da arte e da ciência, a partir de algumas telas do pintor holandês.

Palavras-chave: ontologia; epistemologia; estética.

Além do que se vê no espelho: Nietzsche e a crítica à consciência como fundamento do pensamento

Israel Fabiano Pereira de Souza

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Francisco Prata Gaspar

Resumo: Em um trecho de seu livro *A Gaia Ciência*, Nietzsche tece uma crítica à primazia da consciência no pensamento filosófico. O parágrafo 354 intitulado *Do gênio da espécie* ata a filosofia moderna à herança cartesiana, na qual o pensamento é estritamente relacionado com a consciência. Diversamente, o filósofo afirma ser esta apenas uma parte do aparato psíquico do homem: a mais superficial, na verdade. Por trás da consciência, Nietzsche atenta para a existência de impulsos que não compartilham dos estados auto-conscientes e que, além disso, são mais fundamentais nos processos vitais do ser humano. O querer, o sentir e até mesmo o pensar seriam possíveis sem que fosse necessário “se olhar no espelho”. Pretendemos nessa apresentação oferecer uma pequena reflexão sobre a crítica de Nietzsche à consciência, tomando como ponto de partida a problematização da dualidade metafísica entre corpo e alma; a diferenciação feita por Nietzsche entre a consciência e o inconsciente; a ligação entre linguagem e consciência e; o surgimento desta última como uma necessidade de ordem social e não como estrutura individual imutável e inata. A partir da reflexão do genealogista acreditamos ser possível compreender que, conforme nos apresenta, o corpo reside numa multiplicidade de impulsos, é uma “cristalização viva”, passível, portanto, de alterações que dependem da organização interna do organismo, e não uma mônada, em termos leibnizianos, por exemplo, não tendo também qualquer relação com o *cogito* cartesiano, com em ambos os exemplos anteriores, tratando-se de duas teorias acerca da alma que acreditam na unidade do sujeito. Nietzsche, portanto, assimila a alma dentro desse corpo, apontando para a necessidade de eliminar o pensamento metafísico das reflexões psicológicas que, doravante, precisará se lançar na imensidão desconhecida que ainda é o corpo.

Palavras-chave: Nietzsche; consciência; psicologia; corpo.

A ascensão de um *autoritarismo* no Brasil no século XXI: a teoria freudiana sobre as massas na análise do *bolsonarismo*

João Eduardo Torrecillas Sartori

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Orientador(a): Georgina Maniakas

Resumo: Em 2018, em meio a uma expressiva crise socioeconômica, *Bolsonaro*, candidato considerado como um representante da “direita”, obteve vitória nas eleições presidenciais brasileiras. Entre os muitos eventos implicados em sua eleição e, em alguns casos, em sua consideração como um líder em certos grupos sociais, constariam um *antipetismo*, um *ideal “antissistema”* e a sustentação de valores “conservadores”. Nos últimos anos, e, mais notoriamente, desde o início do século XXI, a transformação do cenário sócio-político brasileiro incluiria expressivas transformações nos movimentos de massa, tais como “manifestações de rua”, dominantes. Gradativamente, um *autoritarismo*, em alguns casos, constituído não somente pelo discurso de ódio/ intolerância, mas pelas modalidades físicas de violência se estabeleceria socialmente. Por outro lado, após a “transição democrática”, até o início do século XXI, representantes da “direita”, socialmente inibidos, evitariam o uso de certos termos (tais como o próprio termo “direita”) em sua autoidentificação. No entanto, desde 2007, mais comumente um “orgulho direitista” se anunciaria nas ruas em variados movimentos. Enquanto isto, os “oligopólios de mídia” sistematicamente construiriam, estrategicamente, o discurso de ódio ao PT (e às suas bases eleitorais) ou ao “sistema político”. Embora teorias de Freud não tenham sido comumente consideradas como teorias políticas, alguns de seus conceitos seriam consistentemente utilizados na análise dos mencionados movimentos de massa, assim como dos seus *fenômenos* constitutivos, a exemplo do *autoritarismo*, do *antipetismo* e do *ideal “antissistema”*.

Palavras-chave: autoritarismo; psicanálise; Freud; massas; bolsonarismo.

A passagem do método analítico para o método sintético na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*

João Paulo Rissi

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Paulo Roberto Licht dos Santos

Resumo: Mostrarei como Immanuel Kant, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), desenvolve a passagem do método analítico-regressivo para o método sintético. O primeiro ponto, a saber, o método analítico, o encontramos nas duas primeiras seções da obra supracitada; o segundo ponto, o método sintético, na terceira e última seção da obra. Baseando-se nas respectivas seções e em ambos os métodos expostos por Kant, iremos nos concentrar nos dois pontos citados da seguinte maneira: a) método analítico: os princípios práticos que se encontram *a priori* em nossa razão; como o imperativo categórico ordena e comanda nossas ações necessariamente e; quais são os conceitos puros práticos investigados e *mostrados* por Kant; b) método sintético: como e por qual razão esses conceitos puros práticos devem ser justificados *criticamente* e submetidos à prova e dedução; sobretudo, a passagem do “mostrar” quais são os princípios e conceitos que se encontram *a priori* em nossa razão para o “demonstrar” a necessidade destes conceitos e princípios à determinação das ações humanas. A intenção de Kant, como se nota, sobretudo, na terceira seção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, é a de investigar como conceitos puros práticos podem se referir *a priori* às ações humanas: pergunta-se, primordialmente, sobre o direito (*quid juris*) com que conceitos puros práticos se referem e determinam as ações humanas.

Palavras-chave: Kant; razão; princípio; conceito; dedução.

Sobre os modos de presença na memória segundo Agostinho (*Conf. X*)

Julia Maia Peixoto Camargo

Mestranda em Filosofia [USP]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Lorenzo Mammi

Resumo: Esta comunicação tem por intuito ressaltar que a *memória* aparece como um grande tema nas *Confissões* de Agostinho. Em um sentido amplo, a recordação dos acontecimentos passados sustenta todo o percurso autobiográfico dos Livros I-IX. Essa narrativa se constrói, segundo um procedimento que pretende entrelaçar as imagens da lembrança com as lacunas do esquecimento. Superpondo os fios dessa trama segundo uma ordem cronológica, o autor e a personagem de Agostinho iniciam o trajeto em pontos opostos da história, estabelecendo assim um campo de constante tensão entre o que *ele foi* e o que ele *ainda é*. Cada instante da vida de Agostinho, se torna um ato de salvação ou de perdição, uma libertação ou uma alienação cuja experiência depende da capacidade de reter e organizar tudo que aprendeu. Autor e personagem tendem a se encontrar no tempo presente da confissão mas, contudo, o que ocorre é um grande desencontro. Nosso intuito será compreender por que Agostinho tornou-se, para si mesmo, uma *questão*? Trata-se, portanto, de realizar uma análise minuciosa do conceito de memória tal como desenvolvido na primeira parte do Livro X, na qual Agostinho desenvolve uma longa *exercitatio animi* quando se engaja na procura do *lugar* de Deus na memória. Do mundo exterior para o interior, do inferior para o superior, ele passará ao exame atento do *homem interior*, fazendo convergir a busca de Deus com a busca de si mesmo. Tomando como eixos conceituais as noções de *presença, memória, esquecimento e consciência*, pretendemos demonstrar sua relação sob o prisma da interioridade. Partiremos de um desencontro; mas o nosso tema será, sobretudo, o atraso. Distante de Deus, o homem descobre estar distante de si. Ele quis encontrar Deus e buscou por ele no mundo do qual também faz parte enquanto criatura. Perdeu-se no caminho ao voltar-se demais para as coisas que estavam fora; tornando-se exterior a si mesmo. Nem ele, nem as coisas inferiores eram más, mas era mal apenas quando as amava no lugar de amar Deus.

Palavras chave: presença; memória; esquecimento; interioridade.

A função da analogia do pintor-escriva: prazer, opinião e falsidade no *Filebo* (36c-40d)

Leander Alfredo da Silva Barros

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Eliane Christina de Souza

Resumo: A apresentação tem por finalidade oferecer uma possível interpretação renovada do argumento contido no *Filebo* de que prazeres podem ser falsos (36c-40d). Protarco, como se pode notar no curso da argumentação (37e-38a), rejeita veementemente essa possibilidade, e Sócrates em resposta formula uma elaborada analogia: a do pintor-escriva (38b-40c), a fim de contra-argumentar as objeções de seu interlocutor. No final da analogia, Protarco reconhece que prazeres podem ser falsos (40c). Os *scholars* em maioria têm encontrado dificuldades em explicar como Protarco assente à argumentação socrática e por mais que reconheçam a relevância da analogia, as questões interpretativas que a envolvem são variadas e inúmeros enigmas acadêmicos foram suscitados pela referida passagem. Pretendo propor uma análise do trecho em questão, centrando-me diretamente no paralelo estabelecido por Sócrates entre prazer e opinião e respectivamente às duas atividades em questão, a do pintor e a do escriva, como também aos produtos resultantes dessas atividades. Deste modo, me parece ser necessário recorrer ao argumento socrático dos falsos prazeres (36c-37d) anterior à analogia traçada por Sócrates, e também considerar o escopo limitado da analogia, destinada unicamente ao tratamento dos assim chamados “prazeres psíquicos”. Trata-se, afinal, de também colocar em questão um significado mais amplo de “falso” (*pseudos*) utilizado por Sócrates nesse contexto, sentido pelo qual será possível compreender a questão dos prazeres falsos não apenas por um sentido proposicionalista contemporâneo, nem mesmo puramente no âmbito de uma suposta faculdade imaginativa, mas sim por meio da corresponsabilidade pelo erro, da qual prazeres e opiniões partilham enquanto atividades humanas. Logo, Sócrates parece alegar que o prazer também se equivoca, ainda que não seja ele a fonte do erro propriamente. Em suma, pretendo mostrar que Sócrates, na analogia, traça um paralelo entre a estrutura dos juízos e os prazeres psíquicos, e é justamente devido a essa estrutura comum que tanto o julgamento quanto o prazer psíquico podem ser falsos. A força dessa interpretação talvez nos ajude a compreender porque a argumentação de Sócrates consegue dirimir as objeções de Protarco e, respectivamente, obter a anuência deste último à tese de que os prazeres podem ser falsos.

Palavras-chave: analogia; prazer; falsidade; opinião; *Filebo*.

Notas sobre direito natural em Grotius e Pufendorf

Lili Pontinta Cá

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Marisa Lopes

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar alguns pontos de convergência entre Grotius e Pufendorf sobre o direito natural. Embora haja alguns aspectos contraditórios na formulação do direito civil de ambos, como a ideia da inexatidão da ciência moral defendida por Grotius e criticada por Pufendorf, eles convergem quanto à ideia do direito natural. Em *Le droit de la guerre et de la paix* (1625), Grotius diz que a sociabilidade natural é caracterizada por paz, porque haveria regras naturais que a razão pode descobrir para guiar o homem no estado de natureza. Assim sendo, o direito natural é entendido como uma regra da reta razão (*droite raison*) que permitiria saber se uma ação está ou não em conformidade com a natureza racional, se é afetada por deformidade moral, ou se é moralmente necessária. O direito natural, então, não seria senão uma regra racional que conduz o homem para uma sociabilidade pacífica. Encontramos a mesma ideia em Pufendorf. Para ele, os homens naturais não são potenciais lobos de outros homens, como defende Hobbes, pois a natureza lhes prescreveria regras que garantiriam uma vida social pacífica, regras essas possíveis de conhecer através do entendimento, que é a faculdade capaz de iluminar a alma humana para fazer uma boa escolha. O homem natural de ambos viveria uma vida de paz, modo de vida que as paixões fizeram decair.

Palavras-chave: Grotius; Pufendorf; direito natural; direito civil.

Três elaborações de Foucault sobre as ciências humanas

Lívia Francisco Arantes de Souza;

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Mônica Loyola Stival.

Resumo: Em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault defende a tese de que as ciências humanas se desenvolvem a partir de condições epistemológicas que são próprias à modernidade. Entre os séculos XVII e XVIII há uma ruptura epistemológica, constatada por ele a partir do estudo que faz das análises das riquezas e da economia política, da história natural e da biologia e da gramática geral e da filologia. No curso *Em defesa da sociedade* (1976), Foucault afirma que o que tornou possível o aparecimento do discurso das ciências humanas, tem a ver com o enfrentamento e a justaposição dos discursos heterogêneos da teoria da soberania e da mecânica do poder disciplinar. Em 1978, no curso *Segurança, Território e População*, essa questão reaparece, mas agora Foucault a desenvolve a partir do conceito de população. É a partir deste conceito, tal qual o concebem os fisiocratas e os economistas do século XVIII, que Foucault trata do aparecimento de uma nova tecnologia do poder, distinta e entrecruzada com a do poder disciplinar, a biopolítica. Num intervalo de mais de dez anos, a questão das condições de possibilidade das ciências humanas e sua relação com as ciências empíricas retorna ao pensamento de Foucault e ela nos traz indicações sobre os modos como ele pensa a relação entre saber e poder no final da década de 70. Este trabalho tem por objetivo comparar estas elaborações sobre as ciências humanas, buscando compreender o modo como se relacionam, bem como suas eventuais concatenações e diferenças.

Palavras-chave: ciências humanas; população; poder disciplinar; biopolítica.

A dinâmica da atenção e do hábito na filosofia de Condillac

Lourenço Fernandes Neto e Silva

Doutorando em Filosofia [USP]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Pedro Paulo Pimenta

Resumo: A filosofia de Condillac apresenta, por requisito metódico, um primado de consciência: tudo o que ocorre no espírito precisa ser consciente para ser considerado, ainda que seja imediatamente esquecido. Isto já foi interpretado algumas vezes como uma recusa do inconsciente, no sentido que este termo tomaria posteriormente na teoria psicanalítica. Pretendemos mostrar como esta interpretação não se sustenta. Do ponto de vista histórico, a dinâmica apresentada pelo filósofo entre a atenção e o hábito visa reorganizar o problema leibniziano das pequenas percepções, em face do primado lockeano da consciência. Desta forma, o abade desenvolve uma rica descrição do modo como os hábitos são contraídos e do papel da atenção neste desenvolvimento da interioridade do indivíduo. Estabelecendo o uso dos signos como instrumento único do alçar de uma ideia à consciência, e o hábito, em contrapartida, como o gradual obscurecimento daquilo que se tornou aos poucos automatizado na conduta do indivíduo, o abade formulará como parte central de seu método a boa conduta da atenção. Entre tudo o que já se apresentou na interioridade de uma pessoa, desde seu imemorial nascimento, algumas ideias se tornam tão comuns e tão óbvias que não são mais percebidas. Isso não significa que não tenham sido conscientes, apenas que submergiram entre a multiplicidade das sensações. O uso dos signos é responsável por conduzir a atenção, e funciona no sentido inverso, como função de reinvocação de uma ideia que, também por requisito metódico empirista, já tinha que ter estado ali desde antes, mesmo que submersa, ou, para falar como o abade, de modo não-analisado. A partir daí, todo o método consiste na possibilidade de recuperar aspectos que não haviam sido notados, o que revê a um empreendimento de crítica geral dos preconceitos recebidos, e que deverá ser realizado através da boa manipulação dos signos, com vistas à reorganização das representações do espírito, com objetivo final de uma reeducação completa dos hábitos.

Palavras-chave: consciência; método; conduta; atenção; Condillac.

O tempo na *Doktordissertation* de Marx

Lucas Carvalho Peto

Doutorando em Psicologia [UNESP]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Danilo Saretta Verissimo

Resumo: O propósito da tese doutoral de Marx é apresentar um estudo comparativo entre a filosofia natural de Demócrito e a de Epicuro. Um dos capítulos que compõe a tese é dedicado ao estudo do tempo. Marx inicia sua análise da questão do tempo na *Doktordissertation*, afirmando que Demócrito e Epicuro partem da mesma premissa: o tempo, a dimensão cronológica, não é um componente da categoria átomo. O átomo, para ambos, é pura relação consigo e, por isso, não comporta o princípio da mutabilidade. Epicuro e Demócrito estão de acordo nesse ponto. O *clinamen* epicurista não significa que o átomo se relativize e apresente uma legalidade diferente ao fim do movimento que percorre. A essência do átomo continua a mesma, ou seja, ser um dos princípios fundamentais de constituição da realidade. Suas qualidades não se alteram. Os corpos derivados não caracterizam um processo de alteração na composição dos próprios átomos. Esses, embora formem uma infinidade de corpos compostos, sustentam sua ordenação anterior ao contato resultante do desvio e dão forma aos compostos na medida em que a diferença entre os átomos é mediada. Com efeito, não é uma mudança em um átomo que possibilita a existência de corpos compostos, mas a mediação entre átomos diferentes entre si que mantém sua legalidade imanente. Considerando essa configuração, o que acontece quando se considera o tempo? Os átomos são os mesmos sempre, não se alteram e não emergem de nenhuma substância que os precede. Nesse sentido, são imutáveis mesmo quando inseridos em um contexto temporal. Disso resulta de imediato que, tanto para Demócrito quanto para Epicuro, o tempo deve ser excluído do conceito do átomo, do mundo da essência. Os átomos só aparecem como imutáveis e não-relativizantes quando se abstrai a temporalidade de sua configuração. Para Marx, esse é o fundamento temporal que sustenta tanto a *physis* de Demócrito quanto a de Epicuro. A partir disso, o texto marxiano questiona como o tempo que foi afastado do mundo dos átomos, passa a determinar para onde ele é transferido. As especificidades dessa questão são o objetivo de análise desta apresentação.

Palavras-chave: Marx; tempo; *physis*.

Seria possível estabelecer uma relação entre o materialismo eliminativista e a teoria construtivista das emoções?

Luiz Augusto Rosa

Doutorando em Psicologia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Azair L. M. Canto de Souza

Resumo: Em resumo, o Materialismo Eliminativista tem como tese principal o argumento de que não podemos confiar no conhecimento do senso-comum sobre os processos mentais (psicologia popular), de modo que este não teria como contribuir na construção de uma teoria madura sobre o funcionamento do cérebro e da mente, comumente chamada de “neurociência madura”. Fazendo um paralelo histórico, para o materialismo eliminativista, a psicologia popular seria uma nova forma de “teoria do flogisto”, que, ao invés de ter contribuído na criação ou ter sido reduzida à “teoria do oxigênio”, foi completamente eliminada e expurgada do conhecimento científico sobre a combustão. Seguindo mais ou menos essa postura, Lisa Barrett, a maior defensora e expositora da criação da Teoria Construtivista das Emoções, argumenta que mesmo que nossa experiência subjetiva (psicologia popular) indique que há categorias precisas e distintas entre as experiências emocionais, como “raiva” e “tristeza”, dados neurocientíficos não têm corroborado essa visão. Assim sendo, mesmo que alguns autores defendam que há emoções básicas herdadas através do processo evolutivo, de modo que tais emoções possam ser consideradas “espécies naturais” (*natural kinds*), não há evidências que realmente corroborem tal hipótese, de modo que a teoria tradicionalista das emoções (a mesma que argumenta em prol das emoções básicas) não tem como contribuir para uma teoria cientificamente madura sobre os processos emocionais. Ao contrário da visão tradicional das emoções, as teorias construtivistas defendem que todo processo emocional é construído com base tanto no contexto em que estamos, quanto no conhecimento que possuímos sobre as emoções e outras informações úteis para a construção do estado emocional consciente, como linguagem e conhecimento conceitual. Desse modo, devido à incongruência entre as teorias tradicionais das emoções, nossa experiência e conhecimento popular sobre as mesmas (psicologia popular), e a hipótese de que as emoções são, na verdade, construídas momento a momento, com base em experiências passadas, é possível argumentar que a teoria construtivista das emoções não tem o intuito de reduzir ou se apropriar do nosso conhecimento popular sobre esses processos e teorias tradicionais sobre os mesmos, mas sim superá-los e, conseqüentemente, expurgá-los de uma teoria madura sobre as emoções.

Palavras-chave: emoção; materialismo eliminativista; teoria construtivista das emoções; Lisa Barrett; neurofilosofia.

O papel do sujeito na formulação do enunciado científico

Luiz Ben Hassanal Machado da Silva

Doutorando em Filosofia [UNIFESP]

Orientador(a): Claudemir Roque Tossato

Resumo: O problema acerca da justificação empírica de um enunciado científico, conhecido como o problema da base empírica, frequentemente, leva o pesquisador a optar pelo psicologismo, isto é, identificar no sujeito cognoscente os elementos da justificação empírica do enunciado. Esta abordagem implica na tese de que o papel do sujeito na formulação do enunciado científico inclui atribuir, através de suas faculdades perceptivas subjetivas, empiricidade ao enunciado científico. Zahar, por exemplo, adota uma posição fenomenológica na análise do problema da base empírica, identificando-a com enunciados autopsicológicos do sujeito, concluindo que são nas faculdades perceptivas do sujeito que se apresenta a possibilidade de justificação científica. A concepção subjetivista também se apresenta na interpretação da filósofa Susan Haack, que mantém o apelo à experiência perceptual subjetiva como elemento necessário para a explicação da justificação do enunciado científico, embora não se fie completamente nele, apresentando uma posição não dogmática, o fundarrentismo. O apelo às experiências perceptuais do sujeito apresenta uma concepção que identifica a realidade como dependente das faculdades perceptivas subjetivas e aponta na direção oposta ao realismo como a tese que afirma um mundo exterior independente do sujeito. A motivação dessa posição é a preferência por uma concepção ontológica econômica, que reduz o número de universos autônomos, buscando identificar na razão suficiente o elemento que justifica os enunciados empíricos. Na contramão desta proposta, Popper concebe um mundo de sentenças autônomas dos sujeitos que as enunciam e do próprio mundo físico a respeito do qual enuncia, o mundo objetivo, ou mundo três. Tomando esta concepção popperiana na compreensão da base empírica, buscaremos contribuir para a construção de uma concepção realista das teorias científicas, que não dependa de faculdades subjetivas para a justificação empírica do enunciado científico. A compreensão da prática científica dentro de uma visão objetivista (de mundo objetivo) apresenta uma possibilidade viável de solução realista para o problema do papel do sujeito no teste científico.

Palavras-chave: filosofia da ciência; Popper; realismo; subjetivismo; objetivismo.

Notas sobre o “Cristal de Tempo” em Deleuze

Luiz Eduardo Albert Silva

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Débora Cristina Morato Pinto

Resumo: Este texto visa problematizar o conceito de cristal de tempo no pensamento de Gilles Deleuze. Para tal, faz-se necessário partir da filosofia de Henri Bergson, um aparente início que, no entanto, revelar-se-á um agenciamento conceitual entre os dois filósofos. Agenciamento este que sugere uma leitura do bergsonismo como um empirismo superior, dada a posição da experiência frente ao transcendental, no qual os dados do vivido levam o pensamento a seu limite, confrontando-o com uma potência que só surge no encontro entre as duas dimensões, o impensado. Assim, toda a questão do cristal se realiza no liame entre o atual e o virtual, explicitado pelo conceito de *devenir*. Esta configuração sugere que as propriedades do dado não estão previamente dispostas, mas que estas se dão no acontecimento. Há, enfim, cristal quando o vivido traça uma zona indiscernível com um virtual, passado e presente que se multiplicam em duas direções contrárias, mas contemporâneas. Esta é a razão pela qual só nos damos plenamente conta da passagem do presente, explicando essa duplicação por uma rachadura inscrita no próprio ser do tempo: a natureza do presente só é passagem, pois o passado é seu elemento metafísico, capaz de multiplicar-se de maneira profunda, constituindo um cristal, no qual os dados se dão sobre um plano de virtualidades.

Palavras-chave: filosofia da diferença; empirismo superior; temporalidade, metafísica.

Teologia apofático-política no *Leviatã* de Thomas Hobbes

Luiz Felipe Santana

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES.

Orientador(a): Celi Hirata.

Resumo: Quando Thomas Hobbes (1588-1679) escreveu que a filosofia deve excluir as pretensões de conceber a natureza de alguma coisa eterna e não gerada “no qual não há nada a dividir ou a compor”, arrancou da teologia a possibilidade do conhecimento da natureza divina pela razão natural. O que podemos conceber pela investigação da causalidade natural é que há uma causa na qual não há causa anterior e nada mais. A natureza divina está absolutamente escondida na sua infinitude. Toda descrição dada na revelação bíblica somente procura orientar os indivíduos para a verdadeira piedade, ou seja, conduzir a obediência às leis do soberano civil, e a fé no Cristo como futuro - após a ressurreição final e definitiva - soberano de toda a humanidade. Essa obscuridade teológica no entanto, tem consequências políticas decisivas no *Leviatã* (1651), assegurando o caráter soteriológico da soberania hobbesiana. Ao minar o caráter especulativo-científico das Escrituras Sagradas, da pretensão duvidosa e mesmo ímpia da inspiração divina particular, Hobbes converte a ignorância de tipo areopagítica em uma ferramenta política que ataca de uma só vez tanto a intolerância persecutória dos grupos cristãos, como a tolerância permissiva almejada pelos radicais ingleses do século XVII. Hobbes faz do culto ao deus desconhecido ateniense descrito em *Atos 17, 23*, um elemento que determina o lugar que a narrativa bíblica e as conjecturas teológicas ocupam entre os súditos frente ao seu soberano civil.

Palavras-chave: Hobbes; teologia; soteriologia; tolerância; soberania.

Deleuze revisto por Rancière: meditações sobre a existência de uma suposta modernidade cinematográfica

Luiz Fernando Coutinho

Mestrando em Imagem e Som [UFSCar]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Suzana Reck Miranda

Resumo: A comunicação pretende discutir, por meio de Rancière, a questão da dualidade “clássico-moderno” prescrita por Deleuze no díptico *A Imagem-Movimento* (1983) e *A Imagem-Tempo* (1985). Influenciado, em certa medida, pelo pensamento baziniano, que tracejava uma linha evolutiva através da qual se distinguia o classicismo e a modernidade no cinema – em Bazin, prefigurada pela separação entre os cineastas que acreditavam na imagem e os que depositavam sua crença sobre a realidade –, Deleuze demonstra haver uma ruptura que se opera entre a tendência sensório-motora da imagem-movimento e a disposição de situações óticas e sonoras puras da imagem-tempo. A concepção de duas lógicas opostas da imagem cinematográfica, chancelada pela contextualização histórica que especifica um ponto de crise no qual se situaria a ruptura – o pós-segunda guerra mundial –, é ponto de crítica entre teóricos do cinema como David Bordwell, para quem Deleuze realiza uma “historiografia ortodoxa”, e Lúcia Nagib, cuja análise sobre Mizoguchi e Ozu demonstra a dificuldade em situá-los dentro dos parâmetros de conceitualização baziniana-deleuziana. O objetivo da apresentação, no caso, é partir das reflexões de Jacques Rancière sobre a “dialética constitutiva do cinema” – determinada justamente pelas relações constantes entre as lógicas sensório-motoras e ótico-sonoras puras – para verificar em que medida é possível pensarmos sobre uma “ruptura fictícia” entre as propriedades da imagem-movimento e as singularidades da imagem-tempo no campo do cinema.

Palavras-chave: cinema; imagem-movimento; imagem-tempo; Deleuze; Rancière.

O caminho do conceito de fenômeno em Sartre: Husserl, Heidegger e a fenomenologia

Luiza Helena Hilgert

Pós-doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Damon Luiz Santos Moutinho

Resumo: São dois os principais objetivos que estão na origem deste estudo e que conduzirão a presente apresentação: o primeiro deles se dirige a acompanhar a trajetória da concepção de fenômeno na fenomenologia de Jean-Paul Sartre em relação à definição do mesmo conceito nas teorias de Edmund Husserl e de Martin Heidegger; o segundo, visa analisar as consequências teóricas da compreensão do que seja o fenômeno para a construção do método fenomenológico próprio do filósofo francês, especialmente por filiar-se ora a Husserl, ora a Heidegger e ora a ambos. Para tal, observarei como a concepção de fenômeno de Sartre se desenvolve especialmente nas obras *A transcendência do ego* (1936), *Imaginação* (1936), *Esboço para uma teoria das emoções* (1939), *Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade* (1939) e *O ser e o nada* (1943). A relevância das questões que dirigem este estudo se evidencia, sobretudo, se se considerar que a discordância entre Husserl e Heidegger acerca do conceito de fenômeno é motriz para a radicalização de ambas as teorias e, conseqüentemente, de ambas as formulações do que seja a fenomenologia. Quando Sartre assinala, como faz, por exemplo, logo na *Introdução* de *O ser e o nada*, adotar a ideia de fenômeno, tal como ela aparece em Husserl e em Heidegger, encontramos aí um problema importante, uma vez que a concepção de fenômeno não é exatamente a mesma e é justamente essa divergência e as suas implicações teóricas que pretendo identificar neste texto.

Palavras-chave: fenômeno; fenomenalidade; transfenomenalidade; fenomenologia.

A posição da mercadoria na obra madura de Karl Marx: modelos críticos

Lutti Mira Salineiro

Mestrando em Filosofia [USP]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Ricardo R. Terra

Resumo: O conjunto de manuscritos que compõem os *Grundrisse*, escritos entre 1857 e 1858 por Karl Marx, constitui seu primeiro modelo maduro de crítica da economia política. Muito embora lidasse com a economia política desde 1844, tornou-se consenso no interior da literatura secundária, que somente nos *Grundrisse* Marx pretenderia sistematizar seus estudos sobre a economia política sob forma crítica. Como nos faz ver a *Introdução* de 1857 aos *Grundrisse*, tal tentativa de sistematização da economia política veio acompanhada por uma questão, advinda de certa vertente do idealismo alemão encabeçada tanto por Schelling quanto por Hegel, que iria se tornar central no interior do pensamento marxiano: qual o início da ciência, ou, mais precisamente, qual categoria deve iniciar uma exposição que pretenda ser crítica à economia política? O curioso é notar que a formulação dessa questão não vem imediatamente acompanhada da resposta que, já nos manuscritos posteriores aos *Grundrisse*, iria se tornar canônica: a exposição crítica da economia política deve se iniciar na forma mercadoria. Dito de outro modo, muito embora Marx de fato formule a questão pela categoria que deveria começar sua exposição já na *Introdução* dos *Grundrisse*, será apenas nas páginas finais dessa obra que a forma mercadoria será eleita como categoria apta para iniciar a exposição, de modo que, no conjunto de manuscritos que sucedem os *Grundrisse*, intitulados *Para a crítica da economia política*, a mercadoria já se encontra no início da obra. No entanto, ainda em *Para a crítica* a mercadoria não alcançou o mesmo grau de formulação que encontramos no capítulo que inicia *O capital*. É somente nesta última obra que a mercadoria vem acompanhada do fetichismo, noção de fundamental importância para a ideia de abstração real que caracterizará o modelo crítico da obra mais famosa de Marx. Daí que proponhamos que o acompanhamento da questão do início da ciência e da opção de Marx em respondê-la por meio da forma mercadoria, permite visualizar diferentes modelos críticos no interior de seu pensamento maduro, não podendo este ser considerado de maneira monolítica, como se a partir dos *Grundrisse* encontrássemos apenas um modo de apresentação (crítico) no pensamento de Marx.

Palavras-chave: Karl Marx; teoria crítica; *Grundrisse*.

A distinção entre o método matemático e o filosófico na *Crítica da razão pura*

Marcelo Aparecido Vieira

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Paulo Roberto Licht dos Santos

Resumo: Para Kant, diferentemente de Wolff, Leibniz, Descartes etc., a filosofia e a matemática possuem tanto objetos quanto modos distintos de conhecê-los. Se em 1764 na *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral* a distinção entre matemática e filosofia para Kant se dava pelas instâncias sintética e analítica, como o método da matemática, e o da filosofia, respectivamente, em 1781, na *Crítica da razão pura*, Kant acrescenta algo mais a essa distinção. A matemática, agora, se assenta ainda em um certo uso da razão, o intuitivo, e a filosofia, no uso discursivo. A partir de um exame que a razão faz de si mesma ela demonstra que é capaz de dois usos distintos. Usos estes que explicam o caráter de dois tipos de conhecimento: o racional, por construção de conceitos (matemática) e, o racional, por conceitos (filosofia). A distinção entre matemática e filosofia se encontra na “Doutrina Transcendental do Método”, mais precisamente na primeira seção intitulada: “A Disciplina da Razão Pura No Uso Dogmático”; ademais, aqui pretendemos mostrar como tal distinção ocorre, afastando da filosofia o método *more geométrico* que vinha servindo de fundamento para ela. A distinção do verdadeiro método filosófico e matemático serão expostos por contraposição dos seus respectivos modos de operar, e isto deixará claro, a irredutibilidade dos métodos.

Palavras-chave: doutrina do método; análise; síntese; uso intuitivo; uso discursivo.

Fantasia e emancipação em Marcuse

Maria Clara Ferreira Togeiro

Mestrando em Filosofia [Unicamp]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Inara Luisa Marin

Resumo: Esta proposta para comunicação tem como objetivo apresentar o potencial crítico do conceito de fantasia que Marcuse descreve em *Eros e Civilização* (1955). No modelo crítico apresentado por Herbert Marcuse, a fantasia tem como sua principal característica o potencial de se opor à organização repressiva da sociedade, à racionalidade da dominação do princípio de desempenho, uma vez que Freud a descreve como a atividade mental capaz de resistir à repressão exercida pelo princípio de realidade, permanecendo submetida essencialmente ao princípio de prazer. Por outro lado, as fantasias, na história da civilização, permitiram que a herança arcaica, descrita por Freud no mito da horda primeva, fosse transmitida de geração em geração e reprimidas continuamente para que a civilização conservasse seu percurso. Esse polo da fantasia se articula dialeticamente com o primeiro, no qual que nem tudo se concilia repressivamente com o princípio de realidade. Esse outro polo não está submetido à repressão das fantasias infantis da herança arcaica e, mesmo assim, conserva o vínculo com o princípio de prazer. O potencial emancipatório dessa forma de fantasia está justamente na produção de uma nova forma de laço social, emancipada da autoridade parental. Neste ponto há para Marcuse um “além do princípio de realidade”, capaz de fornecer à civilização um anseio por novas formas de satisfação, que dessa vez não precisariam ser reprimidas. Com isso, o que Marcuse deseja destacar é que a oposição central na disputa por uma civilização não-repressiva não está mais no seio familiar como anteriormente à formação do princípio do desempenho. A repressão que a esfera familiar produz, continua sendo constitutiva da civilização e dos indivíduos e não poderia ser eliminada. Mas, há uma outra repressão, essa sim eliminável e destrutiva, que não é necessária, Marcuse a descreve como “mais-repressão”. Para se opor a ela a fantasia marginalizada deve retomar sua posição distintiva na civilização.

Palavra-chave: fantasia; Marcuse; Freud; crítica.

Mimesis* em Platão: uma aproximação entre *O Banquete* e *A República

Mateus Lima dos Santos

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Eliane Christina de Souza

Resumo: Platão criticou a poesia sobretudo por ser imitativa. Em *República* III, o filósofo propõe uma reformulação dos *logoi* poéticos para que sejam aceitos em sua cidade ideal. A boa poesia deve imitar os deuses em sua bondade, verdade e imutabilidade essenciais. Não deve imitar indiscriminadamente, nem tampouco o poeta pode ocultar-se em suas obras. N' *O Banquete*, Platão elabora uma cena dramática em que o discurso da personagem Sócrates é antecedido pelo discurso de Agatão, um poeta. Essa disposição dos discursos dá margem para dois diálogos entre o filósofo e o poeta, um que antecede o discurso de Agatão e outro que o sucede. No segundo diálogo, Sócrates refuta as principais teses de Agatão, fato que corroboraria com a interpretação de que a personagem representaria o mau poeta. No entanto, em seu discurso, Agatão i) corrige Hesíodo e Parmênides, que afirmaram que Eros teria causado guerras entre os deuses e, ii) não imita indiscriminadamente, optando por um tipo específico de imitação. Essa maneira de proceder com o *logos* coloca o seu discurso em harmonia com as teses de *A República* sobre a poesia que Platão aceita. Pretendo explorar o discurso de Agatão e os dois diálogos que o envolvem. Proponho uma aproximação entre *A República* e *O Banquete* para pensar o problema da *mimesis* em Platão.

Palavras-chave: Platão; *mimesis*; poesia.

Investigações sobre o Eu e a sexualidade no aparelho do sonho freudiano

Munique Gaio Filla

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Ana Carolina Soliva Soria

Resumo: Como é do conhecimento dos leitores de Freud, é no capítulo sétimo da *Interpretação dos sonhos* (1899) que encontramos a primeira exposição integral da primeira tópica do aparelho psíquico, com a delimitação dos sistemas inconsciente e pré-consciente, entre os quais vigora a censura e, dos modos relativos ao curso da excitação psíquica que lhes são próprios, os processos primários e secundários, respectivamente. Da mesma forma, é definido que a força pulsionante (*Triebkraft*) para a formação do sonho tem sua fonte no sistema inconsciente – a instância criticada –, ao passo que o pré-consciente – a instância criticadora –, tem como tarefa principal a atitude defensiva em relação aos desejos inconscientes de origem infantil, situados no estado de repressão. Freud chega a tais conclusões pela observação da desfiguração onírica (*Traumentstellung*) efetuada pelo trabalho do sonho, por conta das exigências da censura, enfraquecida durante o sono. Ora, antes da publicação de sua obra magna, nosso autor já concebia o conflito psíquico, explicitado nos sintomas psiconeuróticos e em outras formações do inconsciente não-patológicas, como os esquecimentos e as recordações encobridoras, a partir da inconciliabilidade de representações sexuais com o Eu, que tendia a apartá-las da consciência por meio da repressão. No aparelho do sonho, contudo, parece haver uma espécie de apagamento desses polos em combate, na medida em que adquirem protagonismo os referidos sistemas psíquicos e modos de circulação da energia específicos a cada um deles. O presente trabalho visa localizar tais personagens aparentemente ausentes na *Traumdeutung*, tanto por inferência, no convite ao olhar mais atento a algumas de suas passagens, quanto pela visita a outros textos freudianos. Em primeiro lugar, será defendida a aproximação estreita entre o Eu, o pré-consciente, a censura e os processos secundários, no lado defensivo do conflito psíquico. Posteriormente, localizaremos a sexualidade nas entranhas do inconsciente, dos desejos de origem infantil e dos processos primários, como uma espécie de ponto de chegada ao qual se dirige o trabalho de interpretação.

Palavras-chave: Eu; sexualidade; conflito psíquico; primeira tópica; *Interpretação dos Sonhos*.

A ilusão transcendental e a sua relação com os princípios da razão.

Patrícia Fernandes da Cruz

Mestranda em Filosofia [UFSCar]

Orientador(a): Paulo Roberto Licht dos Santos

Resumo: Nas páginas iniciais da “Dialética transcendental”, Kant discute o funcionamento da razão e de seus princípios, na tentativa de mostrar a relação entre esse funcionamento e a ilusão transcendental. A partir disso, Kant trata de dois princípios da razão: o princípio lógico, descrito como uma lei subjetiva por se vincular ao uso lógico da razão, em que a razão abstrai de todo conteúdo o conhecimento. Já o princípio transcendental é apresentado considerando-se sua necessidade objetiva, porque diz respeito ao incondicionado tomado como objeto. Kant indica que é a partir dessa exigência objetiva do princípio transcendental que ele se torna o princípio ilusório da razão ou a ilusão transcendental. Contudo, a passagem entre o princípio lógico e o princípio transcendental é exposta de maneira breve por Kant, não deixando claro o conceito crítico de ilusão transcendental. E, se o princípio transcendental é a instância da ilusão transcendental, devemos considerar o que Kant quer dizer quando afirma que esse princípio transcendental envolve uma ilusão inevitável e necessária. Por que devemos assumi-lo, já que ele é ilusório? Ou seja, por que, apesar de ser ilusório, Kant ainda toma o princípio transcendental como necessário à razão? Por que não ficar somente com o princípio lógico, já que esse não é ilusório? Assim, é importante analisar o que significam os princípios lógico e transcendental da razão, em vista do esclarecimento do que é a ilusão transcendental.

Palavras-chave: Kant; *Crítica da razão pura*; dialética transcendental; princípios da razão; ilusão transcendental.

Bergson, intuição e riso: a *comicidade crítica* na arte do palhaço

Paulo Jorge Barreira Leandro

Mestre em Filosofia [UFPB]

Bolsista CAPES

Resumo: O presente trabalho surge a partir do problema da *intuição* dentro do contexto artístico, mais precisamente na arte da palhaçaria crítica. Nosso objetivo é saber, na filosofia de Henri Bergson, o que é a intuição e qual seu procedimento filosófico e artístico, ao compreendermos essa experiência como uma algo que instaura o *novo* – nas mediações entre pensamento, inteligência, corpo e imagem – no mundo e mais precisamente no fazer artístico do palhaço. Sabe-se que o movimento criador no corpo-imagem do palhaço surge a partir do afrouxamento da realidade espacial, mas que com esta se faz mundo ao instaurar a obra, sua peripécia, seu desacerto. Se faz mundo pelo fato de trazer à tona, em seu significado cômico, o erro em suas entradas e saídas dos padrões, comportamentos enrijecidos e repetitivos da sociedade. Revelar, pelo erro, a dimensão da repetição-identitária do corpo social, é sugerir, pelo riso, a dimensão da diferença-múltipla do corpo-imagem do palhaço como comicidade crítica. Essa dupla dimensão revelação-sugestão, na intuição artística, é o que compõe o fluxo de penetração das imagens-corpo de palhaço. Nesse contexto, iniciando a discussão sobre a intuição filosófica, o pensamento e o movente; passando sobre a compreensão do corpo-imagem, à formulação do riso como comicidade, na hipótese que defendemos neste trabalho, o riso surge – no fazer artístico do palhaço – como comicidade crítica, que sugerindo a graciosidade cômica, revela os entraves da sociedade moderna. A chave de leitura sob a qual transita esta relação encontra-se no poder estético do gesto, mais precisamente no *duplo corpo* do palhaço.

Palavras-chave: Bergson; intuição; riso.

Nietzsche, a tragédia e a modernidade

Rafael Hyertquist Bordini

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Francisco Prata Gaspar

Resumo: Em *O nascimento da tragédia*, Nietzsche propõe uma análise sobre a tragédia grega, a fim de situar sua gênese, sua caracterização e o seu desaparecimento na Grécia Antiga. Ele julga a tragédia como o apogeu da cultura grega e sustenta que seu declínio se deu a partir de Eurípedes, sob influência da estética racionalista de ordem socrática. A morte da tragédia grega foi perpetrada pela introdução de elementos como a lógica, os conceitos e a subsunção do poeta ao homem teórico, isto é, a criação artística posta sobre o jugo da racionalidade conceitual. Nietzsche defende que o advento do racionalismo foi a razão da dissolução da civilização artística da antiguidade. Paralelamente, Nietzsche sustenta que a cultura alemã está em declínio pelo mesmo motivo: o primado da razão. Na esteira de autores como Winckelmann, Goethe e Schiller, ele tenta restituir o prestígio da antiguidade e vê na imitação do modelo grego o ideal de arte a ser buscado como bálsamo para a cultura decadente da Alemanha do século XIX. O objetivo desta apresentação é realizar um paralelo entre a análise da tragédia grega empreendida por Nietzsche em sua primeira obra e a crítica à modernidade. Com isso pretendemos mostrar como Nietzsche utiliza a tragédia como metáfora para pensar o estatuto da cultura na modernidade e como sua primeira obra concatena um projeto de renovação cultural que perpassa todas suas obras do período de juventude.

Palavras-chave: modernidade; tragédia; cultura; razão; arte.

100 anos de Gilda de Mello e Souza e 100 anos de Bauhaus: uma aproximação

Rafael Lopes do Valle

Mestrando em filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Resumo: Neste 2019, Gilda de Mello e Souza (1919-2005) e a Bauhaus (1919-1933) completariam cem anos. O que a filósofa brasileira e a escola de arquitetura e artes aplicadas de Weimar teriam em comum é o tema dessa comunicação. Em conferência sobre a formação acadêmica na área das artes, Gilda de Mello e Souza destaca a produção de objetos manchados pela utilidade e que fazem parte de nosso dia a dia, cujo destino final não é o museu, no cenário da arte contemporânea. Se a filósofa vê mais valor num arranha-céu, automóvel, geladeira ou poltrona, é porque ela capta a falência da estetização da arte, de forma que, assim como Gropius, idealizador da Bauhaus, opõe-se à arte pela arte. Esse ponto de vista tem implicações didáticas, uma vez que a solução da estetização, para ambos, está na formação de artistas voltada para a prática. Tanto Gropius quanto Gilda de Mello e Souza comentam que o ensino clássico da arte não ajuda em nada os jovens artistas a compreender os problemas artísticos contemporâneos. Dito isso, acreditamos que a didática artística voltada ao concreto, apresentada pela intelectual brasileira na referida conferência, pode ter sido inspirada na didática voltada à experiência prática da Bauhaus.

Palavras-chave: Gilda de Mello e Souza; Gropius; Bauhaus; estética.

Marsílio Ficino intérprete de Platão: uma chave de leitura aos diálogos *Íon* e *Fedro*

Richard Lazarini

Mestre em Filosofia [USP]

Resumo: A questão da inspiração poética remonta aos poemas homéricos, por isso é possível notar certo destaque a ela na *Odisseia*, quando, na Feácia, o *aedo* (poeta-cantor) Demódoco, inspirado pelas Musas, canta os acontecimentos da Guerra de Tróia. Segundo a mitologia grega, as Musas, fontes de inspiração do *aedo*, permitem-no acessar os fatos passados, conservados pela deusa *Mnemosýne* (Memória). Platão, em seu diálogo *Íon*, aborda a temática da inspiração poética. Tal diálogo trata da seguinte questão: o rapsodo *Íon* atuaria por técnica ou inspiração divina? Sócrates, personagem do diálogo, argumenta que o rapsodo atuaria por inspiração, pois sua *performance* à plateia seria fruto do entusiasmo (*enthousiasmos*) recebido das Musas por meio do *aedo*. Quer dizer, o entusiasmo pressupõe uma potência divina (*theía dýnamis*) que advém das Musas e invade, inicialmente, o *aedo*, em seguida, o rapsodo e, por fim, a plateia. Sócrates indica que o entusiasmado é possuído pelas Musas a ponto de se tornar títere delas. Vários séculos depois de Platão escrever este diálogo, Marsílio Ficino, filósofo renascentista, retoma (após o resgate ocidental do *corpus* platônico) a tese, proposta no diálogo *Íon*, sobre a inspiração poética. Ficino chama a inspiração poética de furor poético (*furor poeticus*). Em sua abordagem sobre o furor poético, o filósofo renascentista se volta à concepção platônica de *mania* (delírio) apresentada no diálogo *Fedro*, para sintetizá-la com a de entusiasmo, desenvolvida no *Íon*. Assim, Ficino propõe outra chave interpretativa à inspiração poética: inspiração (ou *furor*, segundo os termos ficinianos) enquanto alienação da mente (*mentis alienationem*). Alienação (*alienatio*), neste caso, não deve ser entendida como falta de conhecimento, mas como transposição da mente humana desde o âmbito que lhe é próprio para um âmbito superior. Em nossa comunicação, trataremos do modo pelo qual Ficino se apropria das concepções platônicas de potência divina, entusiasmo e *mania* para, a partir desta apropriação, elaborar sua tese referente à inspiração poética.

Palavras-chave: alienação; entusiasmo; furor poético; mania; potência divina.

O cavaleiro, a bruxa, o judeu e o herege: a Idade Média no pensamento de Hegel

Rodrygo Rocha Macedo

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Orientador(a): José Eduardo Marques Baioni

Resumo: Para Hegel, tanto em seus escritos juvenis como nos de maturidade, a relação entre Igreja e Estado é relevante para manter a coesão social. De modo a vislumbrar essa possibilidade, há um esforço do autor em apresentar um consórcio político-elesiástico (a associação modelar da Idade Média) coerente com as liberdades individuais da modernidade. Empreendendo quase que uma “história das ideias” para explicar como se dá a passagem do mundo feudal para a Europa de Estados nacionais, Hegel identifica elementos próprios da época medieval, em cujas características principais figuram a hierarquia, a posse da terra e o misticismo em todos os aspectos da vida, para a modernidade, marcada por comércio robusto, centralização político-militar e conflitos religiosos. De modo a explicar essa passagem entre duas estruturas sociais (Idade Média e Modernidade), a presente comunicação mostrará que as figuras do cavaleiro, da bruxa, do judeu e do herege não apenas são tipos humanos específicos do mundo feudal, mas pontos de inflexão do conceito hegeliano de “diferença”, a constatação (aqui, humana) de um desequilíbrio que é ele próprio constitutivo do político. O objetivo da presente comunicação demonstra, a partir de Hegel, que os citados protagonistas do contexto medieval não foram extintos, mas reestruturados por forças jurídicas, políticas e espirituais de modo que se tornassem posições constituintes do contexto moderno, viabilizando a coexistência sociopolítica entre Igreja e Estado tão cara a Hegel.

Palavras-chave: Hegel; Idade Média; Idade Moderna; história das ideias políticas.

Simbolismo e interseccionismo em Fernando Pessoa Ortônimo

Rubens José da Rocha

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Resumo: Segundo testemunho escrito por Fernando Pessoa, relatado na célebre carta endereçada à Adolfo Casais Monteiro, em 13/01/1935, Fernando Pessoa ortônimo é o primeiro discípulo heterônimo a personificar a escrita poética após a despersonalização do mestre Caeiro. A poesia ortônima aparece não como “regresso” à unidade psicológica do eu lírico tradicional ou às unidades de espaço, tempo e ação da poesia dramática, mas como um outro ato de fingimento heteronímico, no qual ocorre o deslocamento da autorreflexão das formas sensíveis que caracterizavam o plano de composição do *objetivismo absoluto* de Caeiro para o plano de composição do *simbolismo interseccionista* de Fernando Pessoa ortônimo. Escritos em 8 março de 1914, mesmo dia em que o poeta concluiu *O Guardador de Rebanhos* de Alberto Caeiro, os seis poemas de *Chuva Obliqua* colocam em prática, como em grande parte dos poemas atribuídos ao poeta ortônimo em *O Cancioneiro* e em *Mensagem*, a concepção ortônima de que o símbolo deve representar a intersecção entre um conjunto subjetivo e um conjunto objetivo de formas e sensações. Os elementos de ambos os conjuntos, formas sensíveis, formas ideais, sensações subjetivas e sensações objetivas, alternam-se, opõem-se e complementam-se nos poemas assinados por Fernando Pessoa ortônimo segundo determinada dinâmica de composição heteronímica, marcada pela autorreflexão do sonho, pela autorreflexão da forma poética e pela despersonalização do eu lírico. Minha proposta será mostrar como essa dinâmica de composição da poesia ortônima vincula-se, em sua intenção de referir-se à relação simbólico-interseccionista entre sujeito e objeto, não apenas à concepção de linguagem proposta pelo poeta ortônimo, mas também às convergências e divergências de sua atitude psicológica com relação aos demais heterônimos.

Palavras-chave: despersonalização; autorreflexão; personificação; simbolismo; interseccionismo.

Duas Dinâmicas da Alma em Platão

Sheila Paulino e Silva

Pós-doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Orientador(a): Eliane Christina de Souza

Resumo: Platão sugere dois modos de operação da alma para explicar os diferentes tipos de caracteres. Trata-se de dois tipos de dinâmica em que se dá a atividade da alma e que são base para explicar a formação do caráter. Sintetizam, assim, os processos psicológicos que dão origem às qualidades morais e às ações cognitivas que caracterizam as atividades intelectuais. A tripartição da alma, presente em *Fedro* e *A República*, sugere o senso moral a partir do arranjo das partes, que ganha qualificação por meio da parte que se sobressai e que assume o papel de orientar as demais. A tônica nessa dinâmica é o arranjo entre partes para moldar o caráter. Outra dinâmica que oferece um modelo de formação do senso moral diz respeito a uma atividade cíclica, a qual constitui um modo de transmutação de qualidades a partir de um movimento que retroalimenta a atividade da alma nessa mesma relação com outro elemento: o corpo, as ideias e os desejos. Nesse modelo, a alma é una e indivisível, como no *Fédon* e no *Banquete*, mesmo que apresente características e faculdades naturalmente conflitantes, como: razão, paixões e desejos. Trata-se de um recurso teórico utilizado no contexto da alma em relação às suas próprias características e atividades, ou seja, o foco está, sobretudo, nos processos psicológicos desencadeados como resposta da relação com outro elemento. É a partir da relação entre a alma e o outro elemento que se dão as mudanças na própria alma e, em consequência, suas qualidades morais. Nessa explanação, pretendo analisar a plausibilidade da hipótese sobre esses dois modelos.

Palavras-chave: alma; virtude; caráter; tripartição; atividade cíclica.

Aproximações entre a interpretação nietzscheana da epopeia homérica e a descrição da formação subjetiva na *Dialética do esclarecimento*

Simone Bernardete Fernandes

Mestranda em Filosofia [USP]

Bolsista FAPESP

Orientador(a): Luiz Sérgio Repa

Resumo: Uma das passagens mais célebres da *Dialética do esclarecimento*, obra escrita por Horkheimer e Adorno em 1944, é a interpretação do mito de Ulisses no excurso I, especialmente do episódio de sua passagem pelas sereias na *Odisseia*, como um momento no processo de formação subjetiva do herói. Por meio da noção de interiorização do sacrifício ali apresentada, é estabelecido o vínculo da subjetividade e da racionalidade com a dominação. Este é o momento da autonegação do sujeito em formação, pois trata-se do aprendizado da submissão ao poder. Porém, no mesmo excurso, se explicita que a formação do herói é, antes disso, autoafirmação e unidade. Para tematizar esta duplicidade inerente à formação subjetiva e comentar o papel deste segundo aspecto da individuação nesta obra, esta comunicação pretende explicitar que na base de tal interpretação há uma determinada concepção sobre a forma e o conteúdo da epopeia homérica, distinguindo a narração e os mitos narrados e evidenciando as suas relações. O fio condutor, para tal, será a análise de como Horkheimer e Adorno se apropriam da leitura do jovem Nietzsche da obra de Homero, tendo em vista que as referências a este filósofo no excurso I embasam dois dos argumentos principais de sua compreensão da racionalidade e da subjetividade: a visão da epopeia como forma estética que relata os mitos de modo racionalizador e a percepção de que o conteúdo da epopeia, o mito de Ulisses, representa o aspecto afirmativo presente na formação da subjetividade, situado em meio à disputa e à oposição às forças do destino, ou, em linguagem nietzscheana, ao *agon*.

Palavras-chave: subjetividade; racionalidade; esclarecimento; epopeia; dominação.

O conceito do simbólico em Kant e Schelling

Suellen Dantas Godoi

Mestranda em Filosofia [UNIOESTE]

Bolsista Fundação Araucária

Orientador(a): Luciano Carlos Utteich

Resumo: A presente comunicação objetiva comparar a noção de símbolo no pensamento de Kant e Schelling. A interpretação desse conceito está diretamente relacionada à natureza da ligação entre conceito e intuição, subjetivo e objetivo, universal e particular. Isto é, diz respeito à própria possibilidade da experiência em geral e do conhecimento. Para Kant, ideal e real são instâncias heterogêneas de faculdades distintas (entendimento e sensibilidade). A comunicação entre conceito e intuição é mediada pela faculdade de julgar determinante, por meio do esquema transcendental, que aplica as categorias do entendimento aos objetos da intuição. Somente pelo esquema os conceitos adquirem significado e realidade objetiva. Todavia, nem todos os conceitos da razão, tais como: Deus, liberdade e alma, são esquematizáveis. Como se referir, então, a um conceito para o qual nenhuma intuição jamais será suficiente? A resposta de Kant será: simbolicamente. O modo de representação simbólica, enquanto sucedânea da exposição esquemática, é o modo próprio de exibição dos conceitos da razão (ideias), operada pela faculdade de julgar em seu uso reflexionante. Na exposição simbólica, a razão (*Vernunft*) opera de modo analógico ao modo como opera a razão teórica (*Verstand*): utiliza-se somente de regras de reflexão semelhantes entre objetos distintos. Assim, enquanto a exposição esquemática expõe diretamente conceitos puros do entendimento, a exposição simbólica expõe indiretamente conceitos transcendentais da razão. As inovações que Schelling propõe em relação a noção do simbólico pressupõem a identidade absoluta entre ideal e real. Sujeito e objeto não serão mais compreendidos, tais como em Kant, como elementos distintos e heterogêneos, embora interdependentes, carecendo de um termo médio para se comunicarem de fato. Para Schelling, real e ideal se comunicam porque são uma e mesma coisa, como unidades formais na totalidade que é o Absoluto. No símbolo (*Sinnbild*) schellingiano nem o universal significa o particular, nem o particular significa o universal, e sim o universal é o particular: ser e significado são um só na exposição simbólica. Símbolo é, portanto, aquele que expõe o Absoluto no particular sem suprimir a absolutez indivisa do Absoluto.

Palavras-chave: símbolo; esquema; analogia; alegoria; mitologia.

Metafísica da finitude *versus* idealismo especulativo: a *Auseinandersetzung* de Heidegger com Hegel

Taciane Alves

Doutoranda em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Paulo Licht dos Santos

Resumo: Já em 1916, ao final da *Habilitationschrift* sobre *O problema das categorias segundo Duns Scotus*, o jovem Heidegger antecipava uma tarefa, cuja consecução estaria reservada para o porvir: a confrontação (*Auseinandersetzung*) com o pensamento de Hegel (GA 1, 411). De fato, nenhum predecessor de Hegel teria suprassumido (*aufgehoben*) toda problemática da tradição metafísica, discernindo e desdobrando, graças à articulação absoluta do conceito, o processo histórico de encontro da subjetividade absoluta consigo mesma. A despeito, porém, da completude alcançada pelo sistema do idealismo especulativo, a questão decisiva, que, segundo Heidegger, urgiria endereçar, é se, de fato, Hegel teria visto o centro radical da metafísica mesma, esgotando suas possibilidades e limites, ou se, pelo contrário, somente teria chegado ao “fim” daquela por se mover no horizonte de problemas delimitados, já desde a antiguidade, pela tradição. Ademais, outra pergunta que cumpriria formular é a de se, por um lado, o ser, em seu sentido essencial, é finito, se e como esta finitude se encontra enraizada na problemática da metafísica, não ao modo, obviamente, de uma propriedade que, por assim dizê-lo, repousaria no ente e, posteriormente, vez ou outra, seria capturada. Por outro lado, cumpriria considerar se a verdade do ser não repousaria, em última instância, na infinitude do saber absoluto, na medida em que este suprassume no interior de si todo o finito, ao ponto de a metafísica se mover unicamente no âmbito desta *Aufhebung* [...]” (GA 32, 55). Em vista de tais considerações, o propósito imediato de nossa comunicação consiste em sustentar a hipótese de leitura, bem como em desenvolver suas implicações decisivas para o projeto heideggeriano de tematizar a essência da metafísica, de que o tópico de controvérsia entre ambos os pensadores estaria, por conseguinte, situado na encruzilhada da finitude com a infinitude, de modo que não seria exagero declarar, segundo a perspectiva de Heidegger, que todo o projeto lógico-metafísico de Hegel consiste em assenhorear-se da finitude fazendo-a desaparecer, em vez de elaborá-la como tal.

Palavras-chave: metafísica; finitude; infinitude; *Auseinandersetzung*.

Jan Patočka e a crítica ao subjetivismo na fenomenologia de Husserl

Tayrone Barbosa Justino Alves

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Luiz Damon Santos Moutinho

Resumo: Para Patočka, “[...] as *Investigações Lógicas* de Husserl iniciam uma análise fundamental da objetividade no como de seus modos de aparição”, contudo, “quando os dados desta questão são formulados em *Ideias I*, é sob o quadro espantoso do idealismo transcendental”. Podemos notar, de uma só vez, que aos olhos do filósofo tcheco a fenomenologia de Husserl indica um grande avanço. Porém, a retomada desta investigação possui problemas, para Patočka o quadro geral de *Ideias I* retoma uma espécie de cartesianismo, que ao fim, falseia o campo fenomenológico fundamental. Para Patočka a tarefa da fenomenologia é trazer à claridade as leis e condições do campo fenomenal, a estrutura que permite que algo como um aparecer seja possível. No entanto, devido a sua herança cartesiana, Husserl reduz toda a estrutura do campo fenomenal a um ente específico: a consciência pura, e assim, a novidade da fenomenologia, o estudo do aparecer em sua estrutura fundamental e autônoma, fica reduzido a região dos vividos refletidos que são aparições singulares. O maior problema de reduzir a estrutura do aparecer, suas leis e condições, a um aparecendo particular, os vividos de reflexão, é contrabandear a evidência das aparições em seu aparecer mesmo para a consciência pura, ou seja, fundamentar a fenomenologia na consciência pura é concebê-la como ser primeiro e constituinte dos demais entes, é cair num preconceito de uma filosofia idealista e subjetivista. A fenomenologia de Husserl sofre de um subjetivismo latente, que não condiz, segundo Patočka, com a tarefa original desta disciplina. O objetivo da apresentação será percorrer, no essencial, o caminho da crítica ao subjetivismo latente na fenomenologia de Husserl.

Palavras-chave: fenomenologia; subjetividade; reflexão.

O medo da morte e o sofrimento humano na filosofia epicurista da obra *De rerum natura* de Tito Lucrécio Caro

Thales Perente de Barros

Mestrando em Filosofia [UFU]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Alexandre Guimarães Tadeu de Soares

Resumo: O trabalho aqui apresentado é parte de um mestrado em andamento que se propõe a traduzir e elaborar uma exegese filosófica do livro III do poema *De rerum natura* de Tito Lucrécio Caro. O poema *De rerum natura* é a obra filosófica mais detalhada que nos chega, bem dizer completa, sobre a filosofia de Epicuro. Ou seja, nenhuma obra expõe com tanta clareza e riqueza de detalhes a filosofia de Epicuro, uma vez que as outras fontes acerca da filosofia do autor, em sua maior parte, se perderam no decorrer dos séculos. De modo mais geral, o livro em questão trata do medo da morte e almeja combater as crenças disseminadas acerca do tema. Mais especificamente, os temas filosóficos tratados no interior desse livro são a psicologia e a ética, expondo sua teoria materialista acerca da alma, visando a autonomia do indivíduo sobre as próprias crenças, com o objetivo de promover a potência do mesmo para o cuidado de si, em favor de minimizar suas dores e sofrimentos. Já na comunicação a ser apresentada, o objetivo é expor um pouco das temáticas específicas relacionadas ao tema da ética, examinando os revezes e reflexos da má elaboração desse tema inelutável, a finitude humana, para a vida do homem. Em uma análise do texto, com auxílio de notas e comentários elaborados a partir de uma bibliografia específica, pretende-se debater os pontos dispostos entre as linhas 31 a 93 do terceiro livro do poema em questão. Portanto, o referencial central para a análise da problemática das práticas e crenças que fazem sofrer por suas más elaborações do tema da morte terá como fonte principal o próprio poema *De rerum natura* e o estudo filológico e filosófico feito sobre esse poema.

Palavras-chave: helenismo; epicurismo; ética; psicologia.

Os diálogos de Platão: o procedimento hermenêutico de L. Strauss

Tiago Azambuja Rodrigues

Mestrando em Filosofia [UFSM]

Bolsista CAPES

Orientador(a): José Lourenço Pereira da Silva

Resumo: No presente trabalho nos ocupamos do método de leitura de L. Strauss dos diálogos de Platão. Doravante o procedimento padrão de investigação filosófica, ou seja, a partir da leitura e interpretação textual, assim como a análise e confrontação de argumentos, objetivamos descrever e expor as cifras exegéticas que o autor utiliza para reconstruir a lógica do enredo dos diálogos platônicos. Ou seja, os princípios através dos quais as cenas são construídas, o perfil dos personagens elaborado, como a lógica das conversações se ancora e, além disso, a base conceitual por meio da qual a natureza do diálogo de Platão é explicada. Trata-se, no primeiro caso, da dimensão irônica-dissimulatória, que L. Strauss assere ser a chave para abordarmos e entendermos corretamente a trama e as conversações com as quais nos deparamos nos diálogos. No segundo, se refere à dimensão dramática-cômica, a qual nos habilita a entender corretamente a própria mensagem (os argumentos, as teses e conclusões) transmitida pelos textos. À guisa de elucidação, expomos uma das implicações que o método de L. Strauss traz para o célebre diálogo *A República*: a tese do autor é que, se o lermos corretamente, percebemos que n'*A República* há uma abstração do *eros*, decorrente de um desprezo implícito por este, o que torna o projeto da cidade ideal indesejado e impossível, uma vez que tal alheação fere algumas exigências fundamentais do conceito de justiça construído no interior da obra. Em termos históricos e filosóficos, à parte outras possíveis repercussões e consequências desta ordem, isso acarreta ajuizar como equivocado o afamado acusatório, de cunho moderno-liberal, de K. Popper (decorrente de sua leitura d'*A República*, que figura entre as mais importantes leituras da obra no século XX) de que esta obra é o germe do totalitarismo, fenômeno político exemplarmente ilustrado pelo regime totalitário dos nazistas na Alemanha.

Palavras-chave: L. Strauss; K. Popper; Platão-irônico.

Reflexão da linguagem e linguagem da reflexão: Herder e a filosofia da linguagem alemã do século XIX

Uriel Massalves de Souza do Nascimento

Doutorando em Filosofia [PUC/Rio de Janeiro]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Pedro Duarte de Andrade

Resumo: De modo geral, ao compor narrativas históricas acerca dos grupos conhecidos como românticos ou idealistas alemães, costuma-se tomar a postura hegeliana para a consecução desse objetivo. Dito de outro modo, a questão aglutinadora escolhida costuma ser, como havia sido para Hegel em seu tempo, aquela que diz respeito à modificação ou expansão da epistemologia em ontologia. Isso ocorre de modo tal que o idealismo e o romantismo apareçam como períodos, nos quais se parta de uma reflexão acerca do que é possível conhecer – é a primeira *Crítica* de Kant - e devesse numa sistematização do real em categorias articuladas. O que essa narrativa perde de vista é o fato de que, para os autores aí considerados, um sistema conceitual não é composto de noções que estão acima ou para além da linguagem. Dito de outro modo, um conceito de algo não está para além do nome que se usa para esse algo, podendo mesmo ser considerado como uma aplicação de determinado termo em um determinado sentido. Se assim for, conceituar não é para esses filósofos mais do que recortar o real com a linguagem, visto que entre pensamento e linguagem existe uma relação de implicação mútua, relação essa de todo inquebrantável. A partir daí a questão que cabe levantar - vez que em Kant nada disso está tematizado ou presente de maneira direta e ele é tido como o “pai” dos dois movimentos - é aquela que se direciona à origem da articulação entre pensamento e linguagem. Cabe, portanto, uma pergunta pelo pensador que concebeu tal articulação de maneira temática e não-acidental. Se assim o fizermos, nos encontraremos com Herder e sua vasta reflexão sobre as origens da linguagem e do pensamento, bem como sobre a impossibilidade de se pensar sem palavras. Sendo assim, nosso trabalho busca se focar precisamente nesse autor, uma vez que ele é quem, ainda que não com as mesmas palavras, teria sido o primeiro a dizer que o limite do mundo e do pensamento é a palavra, para, então, nos aproximarmos da origem da atividade de conceituar, que está no cerne dos períodos acima referidos.

Palavras-chave: Herder; idealismo alemão; filosofia da linguagem; filosofia moderna.

O estatuto do prazer na sociedade burguesa: considerações de H. Marcuse nos ensaios da *ZfS*

Victor Hugo de Oliveira Saldanha

Mestrando em Filosofia [UFU]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Rafael Cordeiro Silva

Resumo: O presente trabalho tenciona discutir as reflexões que H. Marcuse elabora, particularmente no ensaio *Para a Crítica do Hedonismo* (1938), acerca do estatuto do prazer no ideário e nas relações sociais burguesas. O percurso argumentativo desta exposição divide-se em três partes. Na primeira, (i) delineamos o quadro geral da teoria crítica que Marcuse começa a vislumbrar em seus ensaios publicados na *Zeitschrift für Sozialforschung* (1934-1941), assinalando aquilo que o filósofo compreende, à época, como a reivindicação fundamental de uma teoria crítica da sociedade. À luz desse quadro geral do pensamento do autor durante a década de 1930, a segunda parte (ii) apresenta o modo como Marcuse descreve a relação trabalho-prazer, no contexto da sociedade capitalista, como uma relação de subjugação do prazer ao trabalho; paralelamente, aduzimos também as injunções objetivas e subjetivas que, na visão do filósofo, atuam no controle e no disciplinamento moral do prazer, sobretudo do prazer oriundo das relações sexuais, a fim de obter dos indivíduos uma atitude mais docilmente submissa às exigências frustrantes do trabalho alienado. Na terceira e última parte deste trabalho, (iii) buscamos relacionar as reflexões de Marcuse sobre a relação trabalho-prazer, no ensaio de 1938, com algumas categorias freudianas que, a partir da década de 1950, passam a desempenhar um papel importante, e mesmo axiomático, na filosofia de Marcuse.

Palavras-chave: trabalho alienado; prazer; teoria crítica; Marcuse; Freud.

Dos sonhos à horda primitiva: a preservação do arcaico em Sigmund Freud

Vinicius Fratta Fritz

Mestrando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Ana Carolina Soliva Sória

Resumo: O problema da preservação das vivências arcaicas é uma constante no desenvolvimento do saber psicanalítico construído por Sigmund Freud. Desde seus primeiros tratados sobre as neuroses, é central o debate sobre o modo como a filogênese determina alguns aspectos do funcionamento psíquico humano, uma vez que certas vivências são coletiva e historicamente compartilhadas. Se tomarmos a teoria da sedução e os dois tempos do trauma enquanto primeiros prismas destacados para enfrentamento dos problemas da alma, no interior do discurso freudiano, e considerarmos a laboriosa passagem à teoria da fantasia, abre-se um vasto campo para compreensão e investigação dos primeiros modelos psicanalíticos sobre a forma como se encontra preservado e expresso o passado da espécie no psiquismo dos indivíduos. A teoria da fantasia é, portanto, privilegiado momento no trato da questão passado-presente, uma vez que amarra as noções de Complexo de Édipo (universal e *a priori* na experiência humana), regressão (mecanismo psíquico de acesso a conteúdos arcaicos) e fantasia (compreendida aqui como veículo maior de preservação do passado). Posto esse primeiro momento temático, a atenção do presente projeto se volta então para os escritos sobre a cultura, especificamente para o quarto capítulo de *Totem e Tabu* (1913), de modo a vislumbrar que passado e que experiências estariam no cerne do desenvolvimento psíquico do ser. Assim, são as relações entre fantasia e horda primitiva que darão a circunscrição do segundo momento investigativo aqui proposto, já que é o mito do pai primevo a fundamentação do que viria a ser significativa fração da experiência psíquica humana moderna, e, portanto, dos conteúdos preservados filogeneticamente.

Palavras-chave: filosofia da psicanálise; filosofia; psicanálise; Freud.

Kant: cultivar, civilizar e moralizar

Wagner Barbosa de Barros

Doutorando em Filosofia [UFSCar]

Bolsista CAPES

Orientador(a): José Eduardo Marques Baioni

Resumo: Segundo Kant, a história dos homens, ainda que em primeiro momento se mostre inconstante, pode ser pensada conforme um plano da natureza, o qual estabelece a eles o desenvolvimento de suas disposições em direção a uma finalidade. Uma vez que a vida do indivíduo é limitada, esse aperfeiçoamento é somente observável na história da espécie, para tal, é exigido, então, que sua narrativa almeje um ponto de vista universal e cosmopolita. Inserido nesse progresso, Kant destaca que o homem está destinado por sua razão a se cultivar, civilizar e moralizar. Cada etapa prepara a passagem à próxima e, todas convergem em direção ao *télos* humano. Destarte, salienta-se o aprimoramento das leis, dos métodos educacionais, as reformas religiosas e o refinamento dos costumes. Há leituras da filosofia kantiana que indicam uma passagem à moralidade a partir das etapas preliminares, bem como aquelas que estabelecem uma limitação às transformações de âmbito pragmático. Tencionamos, deste modo, apresentar os estágios de desenvolvimento da humanidade, apontando o meio pelo qual ele é possível, assim como as características de cada momento histórico-filosófico. Especificamente, objetivamos indicar a relação entre os limites pragmáticos e os postulados práticos nesta dinâmica progressiva, ou seja, a eventualidade da consecução da moralização na história dos homens.

Palavras-chave: Kant; história; ética; costumes.

As ideias de sinceridade e transparência na narrativa de si, segundo Rousseau no livro I das *Confissões*

Wellington Anselmo Martins

Mestrando em Filosofia [UNESP/Marília]

Orientador(a): Ricardo Monteagudo

Resumo: Desde a sua obra inicial, o *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750), Rousseau promove a crítica às máscaras da civilização – retomando, aqui, o título da obra de Starobinski em que também se trata do pensamento do genebrino. Mas igualmente realiza a mesma crítica nas *Confissões*, este próprio texto que, por si mesmo, expressa a necessidade do elogio à sinceridade e da prática da transparência – outro termo central dos comentários de Starobinski. O início da obra *Confissões* em Rousseau guarda similaridades de gênero literário e conteúdo com a obra anterior, também intituladas *Confissões*, de Agostinho de Hipona. Nessa análise comparativa, as introduções de ambas as obras apelam para a busca da verdade por meio da narrativa de si: a filosofia na autobiografia. Para aprofundar esse paralelo, Starobinski escreve *O estilo da autobiografia* (1970), no qual mostra as similaridades entre forma e conteúdo na busca inicial das obras do genebrino ao lado e do bispo de Hipona, ambos procurando se opor às mentiras, para, com a confiança dos leitores, expor a verdade acerca de suas memórias e de suas infâncias. Jeanne Marie Gagnebin aprofunda essa leitura comparada e comenta aproximações e distâncias entre os relatos do filósofo patrístico e os do iluminista. Rousseau se opõe à vaidade do luxo e da cortesia, pois tal vício o afasta da “doce voz da natureza” que fala nos corações e, Agostinho, por sua vez, critica a mentira como pecado, enquanto louva a confissão como meio de purificação, sacramento necessário para o seu encontro com Deus, “que tudo sabe, inclusive mais sobre mim mesmo que a minha própria consciência”.

Palavras-chave: transparência; *Confissões*; Agostinho de Hipona; Rousseau.

Adorno e o cinema: possibilidades de uma arte autônoma

Willian Silva de Vasconcellos

Mestrando em Filosofia [UFMG]

Bolsista CNPq

Orientador(a): Rodrigo Duarte

Resumo: Adorno afirma em sua *Teoria Estética* (1970) que a arte só é interpretável pela lei do seu movimento, não por invariantes. Determina-se na relação do que ela não é. A estética materialista dialética de Adorno, dessa forma, só pode ser bem compreendida em oposição àquilo que ela crítica, ou seja, dentro de uma sociedade capitalista; a arte existe numa oposição crítica à sociedade de consumo. Este movimento também se reflete na história, de modo que a autonomia artística apenas é legitimada por aquilo em que a obra de arte se tornou, aberta ao que pretende ser e àquilo que poderá talvez tornar-se. O cinema, tratado muitas vezes por Adorno enquanto exemplo dos processos de manipulação e controle por parte da indústria cultural, é também um campo de luta por autonomia artística que, em sua especificidade formal, poderia apontar para a negação de um reforço da superfície aparente da sociedade, ou seja, a negação de um movimento estético essencialmente reacionário. Devido ao seu caráter de autorreprodutibilidade, sua separação integral da indústria cultural parece impossível, mas, ao se pensar um cinema que pretenda ser uma arte autônoma em tensão com sua origem essencialmente mercadológica, torna-se viável vislumbrar um certo tipo de filme que force os limites da indústria cultural, não numa exclusão recíproca, mas numa tensão constitutiva. Busca-se neste trabalho, portanto, apontar para as possibilidades em aberto, colocadas por Adorno, do cinema ser arte autônoma em tensão com a indústria cultural.

Palavras-chave: Adorno; cinema; indústria cultural; estética.

Inconsciente e representação em Bergson

Yago Antonio de Oliveira Morais

Mestrando em Filosofia [UNESP/Marília]

Bolsista CAPES

Orientador(a): Paulo César Rodrigues

Resumo: *Matéria e memória* é um livro fundamental para a filosofia de Henri Bergson, sobretudo porque marca uma profunda rejeição das noções clássicas de percepção, representação, consciência e inconsciente. A tradição filosófica, de acordo com Bergson, se acostumou a pensar a percepção como cópia mental do objeto e a representação, por sua vez, como um acréscimo, de modo que tanto os idealistas quanto os realistas não foram capazes de lidar com questões relativas à comunicação entre a matéria e o espírito, tombando justamente nos obstáculos que Bergson pretende remover. Trata-se aqui, então, de pensar como Bergson reformula as noções fundamentais de percepção e representação no interior de sua segunda obra e, uma vez que estas reflexões também apontam para uma nova concepção de vida psíquica, como também nos permitem pensar uma realidade inconsciente. Para tanto, é necessário que o filósofo francês repense a concepção de corpo, pois, é somente através desta noção que será possível articular de um modo totalmente novo as noções de consciência e inconsciente, percepção e representação. Este propósito só é possível porque Bergson coloca a hipótese de um *campo de imagens* que engloba tanto o mundo, quanto o corpo, num mesmo nível de realidade, no qual não há nenhum abismo entre a coisa e a representação, mas sim uma horizontalidade.

Palavras-chave: inconsciente; corpo; representação; consciência.

